



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

JOZANA RIBEIRO NUNES

**A MONITORIA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS DE
MIRACEMA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Miracema do Tocantins, TO

2022

Jozana Ribeiro Nunes

**A monitoria nos cursos de formação de professores:
Um relato de experiência no Curso de Pedagogia do Campus de Miracema da
Universidade Federal do Tocantins**

Monografia apresentada a Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema – para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N972m Nunes, Jozana Ribeiro.
 A monitoria nos cursos de formação de professores: Um relato de
 experiência no Curso de Pedagogia do Campus de Miracema da Universidade
 Federal do Tocantins . / Jozana Ribeiro Nunes. – Miracema, TO, 2022.
 60 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.
 Orientador: Antônio Miranda de Oliveira

 1. Monitoria acadêmica . 2. Monitor . 3. Formação acadêmica. 4. Docência
 Universitária . I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

JOZANA RIBEIRO NUNES

A MONITORIA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS DE
MIRACEMA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Monografia apresentada a Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema – para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira.

Data de aprovação: 02/12/2022

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira, Orientador, UFT

Prof.^a Dr. Suzana Brunet Camacho, Examinadora, UFT

Prof.^a Gabriela Fernanda Carmo, Examinadora, SEDUC – TO

Dedico esse trabalho a Cirlene, minha mãe e a Marinalva, minha avó, a quem agradeço as bases que deram para me tornar a pessoa que sou hoje. Obrigada por terem fé em mim e orgulho da minha trajetória. São meus maiores exemplos de pessoas. Obrigada também aos meus poucos amigos. É com muito amor que lhes dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus YAHUAH TZEVAOT, por ser a base fundamental da minha vida, por me conceder sabedoria e por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

Agradeço a minha mãe, Cirlene, minha maior heroína que me deu apoio, amor, e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço e foi a minha maior motivação para fazer este curso.

Agradeço a minha avó, Marinalva, e ao meu tio Domingos Silma, pelo amor, incentivo e por todo o apoio incondicional e pela ajuda, que muito contribuíram para toda a minha jornada acadêmica.

Agradeço aos meus dois melhores amigos, Leandro Dawapsikwa Xerente e Gabrielle Ferreira Gomes Sampaio, que sempre estiveram ao meu lado, obrigado pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho e ao curso no geral. Obrigado por tudo.

Agradeço a Universidade Federal do Tocantins pela oportunidade de fazer o curso e pelo auxílio financeiro que me disponibilizou durante minha permanência na Instituição.

Agradeço a minha ex-orientadora a Prof.^a Dra. Brigitte Ursula Stach Haertel, pelas orientações iniciais deste trabalho, do projeto ao esboço dos capítulos e por esclarecer inúmeras dúvidas e ser tão gentil e amável.

Agradeço ao meu orientador o Prof.^o Dr. Antônio Miranda de Oliveira, pela oportunidade, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o
que ensina.”

(Cora Coralina)

RESUMO

Esta pesquisa analisa a importância da monitoria acadêmica no curso de Pedagogia da UFT/campus de Miracema. Para tanto foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: em que consiste o papel do monitor no apoio à aprendizagem de acadêmicos do Ensino Superior no curso de Pedagogia? Como objetivo geral tentamos compreender historicamente as particularidades do papel de monitor no curso de formação de professores. Tendo como objetivos específicos: a) Distinguir as especificidades dos diferentes programas de monitoria do curso de Pedagogia (PIM, PIMI, PIIP) e descrever seus impactos para a formação de futuros professores; b) Caracterizar o papel do monitor do campus de Miracema e relacionar com a importância do curso de pedagogia; c) Refletir a respeito da importância da experiência de monitoria para a formação dos futuros professores; d) Relatar um caso de experiência de monitoria no PIP/CIPed 2021. Esta pesquisa, é de caráter qualitativa exploratória, e os estudos foram desenvolvidos com base em uma pesquisa documental feita no site oficial da UFT, e de uma pesquisa de campo feita virtualmente com monitores e discentes. Os resultados apontam que a monitoria é uma atividade de suma importância para os acadêmicos do curso de Pedagogia. Os dados apontam que esta pratica proporciona uma melhora no quadro geral de dificuldades enfrentadas por esses estudantes.

Palavras-chave: Monitoria. Monitor. Formação acadêmica.

ABSTRACT

This research analyzes the importance of academic monitoring in the Pedagogy course at UFT/Campus Miracema. For that, the following research problem was elaborated: what is the role of the monitor in supporting the learning of Higher Education students in the Pedagogy course? As a general objective, we try to historically understand the particularities of the monitor's role in the teacher training course. With the following specific objectives: a) Distinguish the specificities of the different Pedagogy course monitoring programs (PIM, PIMI, PIIP) and describe their impacts on the training of future teachers; b) Characterize the role of the monitor on the Miracema campus and relate it to the importance of the pedagogy course; c) Reflect on the importance of the monitoring experience for the training of future teachers; d) Report a case of monitoring experience at PIP/CIPed 2021. This research is of an exploratory qualitative nature, and the studies were developed based on a documentary research carried out on the official UFT website, and a field survey carried out virtually with monitors and students. The results show that monitoring is a very important activity for academics in the Pedagogy course. The data indicate that this practice provides an improvement in the general picture of difficulties faced by these students.

Keywords: Monitoring. Monitor. Academic education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	HISTÓRICO DA MONITORIA NO BRASIL	11
2.1	A monitoria na UFT	12
2.1.1	Programa Institucional De Monitoria	14
2.1.2	Programa Institucional De Monitoria Indígena	19
2.1.3	Programa Institucional De Inovação Pedagógica	24
3	O ALUNO-MONITOR NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFT CAMPUS DE MIRACEMA E UM BREVE HISTORICO DESTA LICENCIATURA	29
4	PESQUISA DE CAMPO: O QUE DIZEM OS MONITORES SOBRE A MONITORIA?	36
4.1	Análise dos dados	36
4.1.2	O que dizem os monitores?.....	36
4.1.3	O que dizem os alunos: atendidos pelos monitores?	42
5	A MONITORIA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM RELATO DE EXPERIENCIA NO PIP/CIPED 2021	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS.....	55
	APÊNDICE A – PERGUNTAS DOS QUESTIONÁRIOS AOS MONITORES E DISCENTES.....	58

1 INTRODUÇÃO

Acredita-se que a monitoria, provavelmente, surgiu na Idade Média, através de aprendizes que se destacavam, entre os alunos de uma turma e ensinavam os outros a pedido do seu professor. No Brasil, talvez tenha começado entre os jesuítas, que no século XVI vieram pra cá e, entre outras coisas, eles ministravam aulas aos filhos dos burgueses. Com isso, o “aluno destaque” era designado a ensinar os outros, além de ficar responsável por marcar faltas, recolher atividades, entre outras coisas, para lhes poupar tempo em seus afazeres. Mas foi somente na década de 1960 que a função de monitor é definida de fato e oficializada.

É a partir deste período que este trabalho de conclusão de curso começará tendo como objeto de pesquisa a “monitoria acadêmica” no Curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema. Para tal, foi definido o seguinte questionamento como norteador desta investigação: em que consiste o papel do monitor no apoio à aprendizagem de acadêmicos do Ensino Superior no curso de Pedagogia?

A escolha deste tema justifica-se diante da constante procura dos acadêmicos em busca da assistência dos monitores para a realização de suas atividades curriculares e na compreensão dos desafios do aprender/ensinar diante desta constante procura. Ocupar simultaneamente o papel de quem aprende e de quem ensina, mesmo que ainda com algumas restrições, é uma experiência formativa que nos demonstra alguns dos desafios que iremos enfrentar na prática docente.

Dessa forma, o objetivo geral é tentar compreender a importância do monitor no curso de formação de professores na Licenciatura em Pedagogia do Campus de Miracema. Tendo como objetivos específicos: a) Distinguir as especificidades dos diferentes programas de monitoria do curso de Pedagogia (PIM, PIMI, PIIP) e descrever seus impactos para a formação de futuros professores; b) Caracterizar o papel do monitor do campus de Miracema e relacionar com a importância do curso de pedagogia; c) Refletir a respeito da importância da experiência de monitoria para a formação dos futuros professores; d) Relatar um caso de experiência de monitoria no PIP/CIPed 2021.

O propósito, desta pesquisa, foi de caráter exploratório, sobre a importância da experiência de monitoria para a formação dos futuros professores e a maneira como ela foi empregada para auxiliar os discentes no processo de ensino-aprendizagem. A abordagem usada foi a qualitativa, e os estudos foram desenvolvidos com base em uma pesquisa documental feita no site oficial da UFT, e de uma outra pesquisa de campo feita virtualmente com um pequeno questionário, através da plataforma do *Google Forms*, com questões abertas e fechadas de

natureza exploratória. Para a análise dos dados, foi utilizado a técnica quantitativa e qualitativa. De antemão, ressaltasse que por mais que o questionário tenha sido amplamente divulgado, houve pouca adesão por parte dos discentes em responde-lo. Dessa forma, obteve-se o total de 22 respostas, entre alunos e monitores.

Por isso, este trabalho está dividido da seguinte forma: na primeira seção, há dois tópicos, o primeiro intitulado “**HISTÓRICO DA MONITORIA NO BRASIL**” que traz um levantamento histórico da monitoria na legislação brasileira e, o segundo intitulado “**A MONITORIA NA UFT**”, que apresenta a estrutura de três programas de monitoria desta Universidade.

Na segunda seção, intitulada “**O ALUNO-MONITOR NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFT CAMPUS DE MIRACEMA**” analise-se a monitoria, como forma alternativa de introdução à docência assistida por um professor(a) orientador(a) com quem definimos estratégias de atendimento aos colegas, além de um breve levantamento do histórico do curso de Pedagogia.

Na terceira seção, intitulada “**PESQUISA DE CAMPO: O QUE DIZEM OS MONITORES SOBRE A MONITORIA?**” encontra-se a análise dos dados da pesquisa de campo, que está subdividida em dois tópicos: “**O QUE DIZEM OS MONITORES?**” e “**O QUE DIZEM OS ALUNOS: ATENDIDOS PELOS MONITORES?**”.

Na quarta seção, intitulada “**A MONITORIA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PIP/CIPED 2021**”, faremos um relato de caso de experiência sobre monitoria acadêmica.

Em seguida, finalizamos a pesquisa com as “**CONSIDERAÇÕES FINAIS**” buscando refletir a respeito da importância da experiência de monitoria para a formação dos futuros professores.

2 HISTÓRICO DA MONITORIA NO BRASIL

Monitor, não é apenas um aparelho eletrônico pendurado em uma parede, entre muitos significados, esta palavra também designa uma pessoa que acompanha um processo, analisando e assimilando as informações presentes. A essa análise dá-se o nome de monitorar, palavra que vem do Latim *monitore*, ao processo dar-se o nome monitoria. Portanto, no contexto do trabalho acadêmico, no âmbito da universidade, o monitor é o aluno, que tem a oportunidade de auxiliar colegas de curso em suas dificuldades acadêmicas, por intermédio da prática da monitoria. Segundo Matoso (2013), podemos definir a monitoria “como processo pelo qual alunos auxiliam alunos na situação de ensino-aprendizagem”.

A monitoria, de acordo com a nossa legislação, começou a estabelecer-se no Brasil no ano de 1968, através da Lei Nº 5.540, no dia 28 de novembro do mesmo ano, esta Lei, estabelecia as normas de organização e funcionamento do ensino superior. Em seu Artigo 41, encontra-se a seguinte informação:

As universidades deverão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submetem a provas específicas, nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina. Parágrafo único. As funções de monitor deverão ser remuneradas e consideradas título para posterior ingresso em carreira de magistério superior (BRASIL, 1968).

Observa-se, que era necessário que o aluno interessado nas atividades de monitoria, deveria mostrar aptidão com práticas pedagógicas. Suas habilidades, eram testadas através de provas específicas, de acordo com a disciplina interessada e, no final o aluno ainda recebia o título para ingressar no magistério superior, ou seja, poderia ser professor além de receber uma remuneração por isso.

Nos anos seguintes, as leis sobre monitoria sofreram alterações, em 11 de fevereiro de 1969, o Decreto de Lei Nº 64.086, estabelecia novas regras para o trabalho docente no ensino superior e o Artigo 2º assinalava a contratação de 1 mil monitores.

No ano seguinte, em 13 de março de 1970, a Lei torna a ser revogada e cria-se o Decreto de Lei Nº 66.315 que estabelecia novas diretrizes para as atividades de monitoria, tais como, carga horária, remuneração, critérios de seleção e indicava a necessidade ter a supervisão de um professor. Porém, em 17 de junho de 1971 foi criado o Decreto nº 68.771 que altera o Decreto 66.315 de 13 de março de 1970, com o objetivo de mudar os artigos sobre a carga horária, o valor da remuneração e critérios de seleção dos estudantes.

Em 31 de março de 1981, revoga-se os dois decretos anteriores e cria-se o novo Decreto-Lei Nº 85.862, que estabelecia que as Instituições de Ensino Superior deveriam criar as condições para o exercício das monitorias, como previsto no Decreto de 1968. E tal atividade, não poderia resultar em vínculo empregatício, além de que o Ministério da Educação e Cultura seria o responsável por custear os programas de monitorias.

Somente na próxima década, a Lei volta a sofrer alterações quando em 20 de dezembro de 1996, a LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Nº 9.394, mais uma vez publica as normas que regiam a Educação Nacional, e em seu Artigo 84, estabeleceu que “os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos (BRASIL, 1996)”. Dessa forma, os discentes poderiam ser empregados em atividades de ensino e pesquisa, desempenhando, assim, trabalhos de monitoria.

Depois desse breve histórico, sobre a monitoria, façamos um recorte para o curso de formação de professores, a Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

2.1 A monitoria na UFT

Cada universidade tem suas próprias regras e legislações que regulam a monitoria, e em seu Estatuto, a UFT, através o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) estabeleceu em 2005, por meio da Resolução Nº 09/2005 que dispõe sobre o regulamento das Atividades Complementares dos cursos de graduação, que a Monitoria seria uma tipo de atividade complementar, determinando que a mesma faz parte das atividades de Ensino, e que cada Colegiado determine o total de créditos a ser o qual deve estar descrito no Projeto Pedagógico dos Cursos.

Esta Resolução Nº 09/2005, possui 16 artigos, que regulamentam a maneira como as atividades no âmbito da Universidade serão exercidas. No capítulo I, é caracterizado tudo o que será considerado como atividade complementar, além da obrigatoriedade de tais atividades para a integralização do currículo para a necessária colação de grau, bem como a definição da carga horária conforme consta nos Projetos Político Pedagógicos – PPP, de cada curso. Em seu artigo 04, encontramos a forma como é organizada os tipos de atividades:

Art. 4º - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins são obrigatórias e estão divididas em três tipos, assim discriminadas: I -

Atividades de Ensino; II - Atividades de Pesquisa; III - Atividades de Extensão (CONSEPE, 2005, p. 02).

No que tange a monitoria acadêmica, no artigo 05, a encontramos definida na modalidade de atividade de Ensino:

Art. 5º – As Atividades de Ensino compreendem: I - Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e/ou em outras IES; II - Atividades de monitoria; III - Participação em minicursos; IV - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira. Parágrafo único - As Atividades referidas no inciso I só poderão ser consideradas se não aproveitadas para convalidar outras disciplinas do currículo. (CONSEPE, 2005, p. 2-3).

Depois de definida esta organização, os próximos artigos tratam de como será operalizado essas atividades, trazendo uma definição específica do que será considerado aceitável como parte do que é Ensino, Pesquisa e extensão, além de regular a maneira como será comprovado o exercício da prática, no programa. Vale ressaltar, que um quadro anexado a este documento discrimina o quantitativo de créditos, exigidos como atributo de cada atividade, assim, a monitoria recebeu 05 como critério dentro da modalidade de Ensino, validada por semestre.

Notamos aqui, que a Instituição se absteve de colocar atividades de Pesquisas como parte das atividades de monitoria, que foram estabelecidas pela LDB Nº 9.394/96, como vimos anteriormente.

Agora que vimos como a UFT, atribuiu o exercício de monitoria como parte de atividades complementares essenciais a formação do aluno, passaremos a analisar três de seus programas criados para tais finalidades de Ensino.

Portanto, para esta Pesquisa, falaremos sobre os Programas Institucionais de Monitoria acadêmica desta Universidade, sendo eles o Programa Institucional de Monitoria (PIM), criado através da Resolução Nº 01/2005; O Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI), através da Resolução Nº 20/2007 e o Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) através da Resolução Nº 25/2021. Apesar da articulação entre os programas, cada um tem sua natureza anunciada assim:

O Programa Institucional de Monitoria - PIM é voltado para o discente de graduação, com o objetivo de: incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação. Podendo ser tanto remunerado como não remunerado, a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da

Universidade. Porém não constitui, em um programa de substituição do docente titular na sala de aula. As atividades se referem a: orientação acadêmica, científica e ao planejamento e organização de atividades didáticas-pedagógicas. (PROGRAD, 2005, p.3)

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 07 de dezembro de 2007, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, RESOLVE: Art. 1º Aprovar as normas para o Programa de Monitoria Indígena (PIMI) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Art.2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data. (CONSEPE, 2007, p.01)

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 11 de agosto de 2021, via web conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, RESOLVE: Art. 1º Aprovar a criação e regulamentação do Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo a esta Resolução. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.001425/2021-36. (CONSEPE, 2021, p.01)

2.1.1 Programa Institucional De Monitoria

O PIM foi o primeiro dos programas e foi instaurado a partir da Resolução Normativa Nº 01/2005 que “estabelece normas para o Programa Institucional de Monitoria e dá outras providências” na UFT, possui cerca de 31 artigos que definem as normas e regras que a Instituição exige, além disso, o programa também é válido para todos os cursos da universidade. No seu primeiro artigo, encontramos as regras gerais para a participação no programa, que é obrigação do aluno atender a estes critérios de seleção:

Art. 1º – A função do monitor será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado pelo Colegiado a que se vincule a disciplina ou disciplinas objeto da seleção. §1º – O Programa de Monitoria da Universidade abrangerá dois tipos de monitores: remunerado e não remunerado; §2º – O monitor exercerá suas atividades sob a orientação de professor preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, referendada pelo colegiado do curso; §3º – O monitor desempenhará suas funções em regime de 12 (doze) horas semanais; §4º – Ao monitor remunerado será concedido uma bolsa mensal, cujo valor será estabelecido face à disponibilidade de verba anual destinada ao programa; §5º – As atividades do monitor não poderão coincidir com suas obrigações acadêmicas em função das disciplinas em que estiver matriculado (PROGRAD, 2005, p.03).

A principal característica deste programa, era que ele foi voltado para a disciplina, dessa forma, cada semestre um número X de disciplinas, ofertavam vagas para monitoria, principalmente as que faziam parte da estrutura curricular dos primeiros períodos de cada curso.

Assim, era dever de cada Colegiado elaborar um Plano Anual de Monitoria, em conformidade com os objetivos de cada Curso, que justificasse o motivo do pedido de um monitor para aquela disciplina e que atendesse como vimos, as exigências do Artigo 01 e

posteriormente do Artigo 03, que veremos mais adiante. Estabelecendo o quantitativo dos monitores, conforme a distribuição de professores por disciplina e a totalidade de alunos matriculados na mesma.

Art. 2º – Cada Colegiado elaborará um Plano Anual de Monitoria, em consonância com o objetivo do curso, que será encaminhado a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Setor de Assistência Técnica ao Ensino, em data a ser definida em calendário acadêmico. §1º – Será facultado a todos os professores do Colegiado de Curso a solicitação de monitores; §2º - O Plano Anual de Monitoria deverá apresentar as seguintes informações: a) justificativa; b) número de vagas necessárias, levando em consideração o número de disciplinas por professor, o número de turmas por disciplina e as peculiaridades do ensino; c) proposta de atividades a serem desenvolvidas pelos monitores, considerando o Art. 3º: mecanismos para estabelecer a relação professor – aluno, natureza da orientação do monitor (aula e laboratório) e atividades necessárias ao aprofundamento do conhecimento; d) cronograma de trabalho de acordo com a carga horária definida no Art. 1º parágrafo 3º.(atendimento com o professor, atividades com os alunos e professor e estudos individuais) (PROGRAD, 2005, p.3-4).

E entre as principais atribuições do aluno-monitor, havia a tarefa de tentativa de propiciar a criação de um “elo” entre o professor e os alunos da disciplina. Assim, devia participar ativamente do planejamento da aula; ajudar na confecção do material didático; preparar a sala, se necessário; ajudar a sanar as dúvidas dos discentes em aula; participar de qualquer outra atividade no seu campus que proporcionasse aprofundamento na disciplina e participar de atividades de pesquisas feitas pelo professor-orientador.

Art. 3º – São atribuições do aluno monitor: a) constituir elo entre professores e alunos, visando o desenvolvimento da aprendizagem; b) auxiliar o professor na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático e em atividades de classe e/ou laboratório; c) auxiliar o professor na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em atividades de classe e/ou laboratório; d) participar de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina, como revisão de texto, resenhas bibliográficas e outras; e) participar das atividades de pesquisa do professor orientador. Parágrafo Único – É vedado ao aluno monitor: I - O exercício de atividades de caráter eminentemente burocrático; II – O exercício de atividades de servidores técnico-administrativos; III – A substituição do professor na ministração de aulas (PROGRAD, 2005, p.04).

O monitor obrigatoriamente deveria seguir o plano de orientação elaborado junto ao professor-orientador, que exigia a carga horária de 12 horas semanais. Além de que, devia ter frequência de no mínimo 75% e mandar mensalmente relatórios sobre as atividades realizadas durante a monitoria, em formulário próprio anexado ao edital de seleção, bem como também deveria enviar um relatório final ao término do semestre letivo. Foram exigências específicas deste Programa, que o aluno-monitor mantivesse um endereço residencial atualizado junto a

PROGRAD (Pró Reitoria de Graduação) - Setor de Assistência Técnica ao Ensino e a coordenação do seu curso e participar do Seminário de Iniciação Científica.

Art. 4º – São obrigações do aluno monitor: a) exercer suas atividades conforme plano de orientação elaborado em conjunto com o professor orientador; b) cumprir 12 (doze) horas semanais de atividades de monitoria, conforme horários preestabelecidos com o seu orientador; c) manter endereço residencial atualizado na coordenação do curso e na PROGRAD - Setor de Assistência Técnica ao Ensino; d) apresentar descrição das atividades e frequência mensal, em formulário próprio, (conforme anexo); e) apresentar relatório final das atividades no término do semestre; f) participar do Seminário de Iniciação Científica. (PROGRAD, 2005, p.4-5).

Ao professor-orientador, cabia o papel de definir o que seria feito na monitoria depois de organizar sua disciplina. Portanto, deveria também enviar para a PROGRAD (Pró Reitoria de Graduação) - Setor de Assistência Técnica ao Ensino, um cronograma com todas as atividades a serem realizadas. Também devia definir se a monitoria seria em sala ou em laboratórios, ajudar o aluno-monitor a tirar as dúvidas do aluno, entre outras coisas.

Art. 5º – São atribuições do Professor Orientador: a) orientar o monitor em suas atividades para o seu bom desempenho; b) incentivar e envolver o monitor a participar de atividades que propiciem seu aprofundamento científico-cultural; c) avaliar o desempenho do monitor; d) elaborar o plano de orientação em conjunto com o monitor, que deverá conter pelo menos os seguintes itens: definição das atribuições; objetivos a serem alcançados; cronograma de acompanhamento; metodologias a serem utilizadas; e avaliação do desempenho do monitor; e) encaminhar à PROGRAD - Setor de Assistência Técnica ao Ensino o plano de orientação no máximo 30 dias após a divulgação do resultado da seleção; f) ratificar e encaminhar a frequência mensal do monitor a Coordenação do Curso até o dia 30 de cada mês; g) encaminhar a Coordenação de Curso o relatório final até 10 dias após ao término do semestre letivo. (PROGRAD, 2005, p. 05).

Para a seleção dos interessados, editais seriam publicados semestralmente, e uma comissão examinadora criada com docentes do próprio Colegiado do curso, composto por dois professores, sendo um deles o professor-orientador da disciplina objeto da monitoria e outro professor indicado pelo Colegiado. Os critérios para participação incluíam entre outras coisas que o candidato, no ato da inscrição, apresentasse seu histórico acadêmico comprovando já ter feito a disciplina objeto da monitoria e ter tido uma média de 7,0 ou mais na mesma; ter cursado no mínimo um semestre letivo; e assinar o termo que assumisse a responsabilidade de possuir disponibilidade de tempo para exercer sua monitoria e um *curriculum vitae* atualizado, conforme podemos ver nos seguintes artigos:

Art. 9º – A seleção de monitores será realizada semestralmente, em prazo previsto no Edital de Monitoria da UFT, pelo Colegiado de Curso e terá validade para o semestre letivo vigente. § 1º – A divulgação do processo seletivo será feita pela PROGRAD - Setor de Assistência Técnica ao Ensino, por meio de Edital afixado em local apropriado e divulgado por meio eletrônico, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes do início do processo seletivo, do qual constarão obrigatoriamente: a) o período de

inscrição; b) as datas e os locais da realização do processo seletivo; c) as disciplinas com seus respectivos orientadores. § 2º – No ato de inscrição o candidato deverá apresentar: a) Histórico Escolar Completo que comprove: i) ter cursado com aproveitamento no mínimo de 01 (um) período letivo; ii) ter cursado a(s) disciplina(s) objeto da monitoria ou sua(s) equivalente(s) e nelas obtido média igual ou superior a 7,0 (sete) e não ter coeficiente de rendimento geral inferior a 5,0 (cinco); iii) comprovar disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando em anexo a devida declaração; iv) apresentar *curriculum vitae* devidamente comprovado. Art. 10º – A seleção dos candidatos será feita por uma comissão examinadora formada por dois professores: o titular da disciplina objeto da monitoria e um professor indicado pelo Colegiado, cabendo à comissão a definição dos critérios de avaliação. (PROGRAD, 2005, p. 6-7)

O PIM foi bem-sucedido, durou cerca de 14 anos, quando em 2019 chegou ao fim, sendo 2 anos depois substituído por outra proposta “inovadora”, que falaremos mais adiante. Assim como foi estabelecido pela LDB Nº 9.394/96, essa atividade era remunerada e voluntária e de forma alguma podia ser acumulada com outras bolsas da UFT e tão pouco gerar vínculo empregatício com a Instituição, conforme definição do Decreto 85.862/81. Além disso, este programa atendia amplamente todos os alunos matriculados no curso.

Art. 20º – É vedada a acumulação da Bolsa de Monitoria com qualquer modalidade de bolsas internas e externas (PROGRAD, 2005, p.08).

Art. 28º – Qualquer forma de monitoria, remunerada ou não remunerada, não caracteriza vínculo empregatício, de acordo com o decreto 85.862/81. (PROGRAD, 2005, p.10).

Mais tarde, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) Nº16/2008 que “Dispõe sobre a criação do Programa Institucional de Monitoria (PIM) da Universidade Federal do Tocantins” publicava o Regimento do programa. Com seus 36 artigos, a principal base do programa eram atividades de caráter didático-pedagógico produzidas pelos alunos sob a orientação dos professores, de maneira que contribuíssem para a formação do estudante. Ficou estabelecido seis objetivos, que incluíam o aprimoramento dos indicadores de ensino-aprendizagem no ambiente escolar; criar condições de permanência e sucesso dos alunos no processo de ensino-aprendizagem; colaborar em atividades que ajudem a envolver os alunos nas modalidades de Ensino, Pesquisa e Extensão; oportunizar qualificação profissional usando o potencial do aluno; incentivar e melhorar a relação professor-aluno nas atividades e claro vincular tudo isso ao Projeto Pedagógico do Curso de graduação – PPC, ao Plano Pedagógico Institucional (PPI) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Art. 1º - O Programa Institucional de Monitoria (PIM) da UFT contempla atividades de caráter didático-pedagógico desenvolvidas pelos alunos e orientadas por professores, que contribuem para a formação acadêmica do estudante da Universidade. Art. 2º - O PIM tem os seguintes objetivos: I. melhorar os indicadores de ensino-aprendizagem no âmbito escolar; II. proporcionar condições de

permanência e de sucesso dos alunos no processo ensino-aprendizagem; III. contribuir para o envolvimento dos alunos nas atividades de docência, de pesquisa e de extensão; IV. possibilitar a utilização do potencial do aluno assegurando-lhe uma formação profissional qualificada e sua plena inserção nas atividades acadêmicas da Universidade; V. intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade; VI. implementar ações do Projeto Pedagógico do Curso de graduação (PPC), do Plano Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). (CONSEPE, 2008, p.02)

Outro fator importante criado neste documento, foi a oferta de duas modalidades de monitoria, uma remunerada para os bolsistas e uma não-remunerada para os alunos voluntários. Dessa forma, além de conseguirem horas complementares e experiências para o seu curriculum, recebiam incentivo financeiro mensal, o que pode ter ocasionado um aumento na procura destes programas.

Art. 3º - O Programa de Monitoria da UFT abrangerá dois tipos de monitores: remunerado e não-remunerado. §1º - O monitor exercerá suas atividades sob a orientação de professor, preferencialmente, em regime de dedicação exclusiva atestada pelo colegiado do curso; §2º - O monitor desempenhará suas funções em regime de, no mínimo, 12 (doze) horas semanais; §3º - Ao monitor remunerado será concedida uma bolsa mensal, cujo valor será estabelecido face à disponibilidade de verba anual destinada ao programa; §4º - As atividades de monitoria deverão ser programadas de forma a não coincidir com as obrigações acadêmicas do monitor, assim como estar em consonância com as demandas do Plano de Atividades aprovado pelo Colegiado. (CONSEPE, 2008, p.2-3)

Além disso, o regimento definia entre outras coisas que as disciplinas que receberiam monitoria remunerada seriam aquelas que apresentassem um maior grau de reprovação e desistência por parte dos alunos (reprovação por frequência) e turmas que tivessem muitos alunos por semestre. Foi nesse contexto, de desistência das disciplinas, que teve como base os relatórios anuais apresentados pela PROGRAD, que o segundo programa a ser analisado foi criado.

Art. 6º - Cada Colegiado elaborará um Plano Anual de Monitoria tendo como referência o aproveitamento e especificidades das disciplinas, as concepções e objetivos presentes no Projeto Pedagógico do curso. Este Plano deverá ser encaminhado à PROGRAD/DPEE - Pró-Reitoria de Graduação/Diretoria de Programas Especiais em Educação -, em data definida no Calendário Acadêmico. §1º - Será concedida a monitoria remunerada às disciplinas que apresentem os maiores índices de reprovação pelos estudantes, conforme relatórios a serem disponibilizados pela PROGRAD aos cursos anualmente e às disciplinas voltadas para a formação específica do curso que tenham um número elevado de alunos. §2º - Será facultada a todos os professores do Colegiado de Curso a solicitação de monitores não-remunerados. §3º - Para o curso em implantação que não tiver estudantes com nível de estudo compatível para o exercício de monitoria em determinada disciplina, poderão ser selecionados alunos de outros cursos, desde que tenham cursado disciplina(s) equivalente(s) àquela(s) objeto(s) da monitoria e nela(s) obtido média igual ou superior a 7,0 (sete) e não ter coeficiente de rendimento geral inferior a 5,0 (cinco). §4º - O Plano Anual de Monitoria deverá apresentar as seguintes informações: a) justificativa; b) listagem das disciplinas e respectivos docentes; c)

formas de acompanhamento e avaliação da monitoria definidas pelo Colegiado. (CONSEPE, 2008, p. 03).

2.1.2 Programa Institucional De Monitoria Indígena

No dia 07 de dezembro de 2007, o CONSEPE cria a Resolução N° 20/2007 que estabelece o Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI). Cada *campus* deveria se inscrever no programa de acordo com a quantidade de alunos matriculados pelas cotas indígenas de cada curso. O principal objetivo era promover a inclusão acadêmica dos indígenas nas atividades dos cursos, pois percebeu-se com o tempo que tais alunos apresentavam mais dificuldades nas disciplinas e a evasão também era predominante, seja nas disciplinas, seja no curso inteiro.

Art. 2° – Cada campus elaborará uma Proposta de Acompanhamento Acadêmico, em consonância com o número de alunos indígenas matriculados, que tenham ingressado pelo sistema de cotas, com a especificidade do curso e com as orientações desta Normativa e a encaminhará à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Coordenação de Aperfeiçoamento Discente. §1° – Será facultada a todos os campi a solicitação de monitores, desde que haja estudantes indígenas matriculados em seus cursos de graduação. §2° – A Proposta de Acompanhamento Acadêmico do campus deverá apresentar as seguintes informações: a) justificativa; b) número de estudantes indígenas matriculados e seus respectivos cursos; c) proposta de atividades a serem desenvolvidas pelos monitores, considerando o Art. 3° que trata da natureza do trabalho do orientador (aula e laboratório); d) cronograma de trabalho de acordo com a carga horária definida no Art. 1° parágrafo 2° deste documento. (CONSEPE, 2007, p. 2-3)

Diferente, da proposta anterior, neste programa passou a se exigir mais coisas do monitor, a lista de atribuições foi aumentada, assim como a carga horária, que pulou de 12 horas semanais para 20 horas semanais. Tal medida, de aumento de horas, se deu pelo fato de que a comunidade acadêmica indígena apresentou mais dificuldades na permanência do curso, portanto, entre tantos objetivos, o principal era que o monitor conseguisse ao máximo, envolver os alunos indígenas na maior quantidade de atividades acadêmicas possíveis nas modalidades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 3° – São atribuições do aluno monitor: I. constituir elo entre professores e alunos, visando ao desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessárias para o sucesso acadêmico dos alunos indígenas; II. identificar, em conjunto com o professor-orientador, as dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas sob sua responsabilidade; III. discutir com o professor-orientador as dificuldades dos alunos e definir metodologias e formas de abordagem e ações prioritárias; IV. estabelecer estratégias e ações didático-pedagógicas para esclarecimento das dúvidas sobre os conteúdos das disciplinas, observando os seguintes aspectos: a. atualização dos conhecimentos básicos, próprios da Educação Básica, e que não foram plenamente assimilados pelos alunos indígenas; b. discussão sobre os conteúdos abordados nas disciplinas em que o aluno está matriculado e priorização das ações; c. auxílio na

realização de trabalhos teórico-práticos e experimentais extraclasse; d. contribuição para a melhoria da capacidade de leitura e interpretação dos textos; e. promoção do desenvolvimento das habilidades de redação de textos técnico-científicos; f. outras atividades a serem definidas, de acordo com as especificidades de cada aluno. V. incentivar e envolver o aluno indígena a participar das atividades que propiciem seu aprofundamento científico-cultural; VI. Incentivar a participação dos alunos indígenas nas Semanas Acadêmicas dos cursos; VII. Orientar a elaboração de trabalhos a serem apresentados em eventos científicos. VIII. Incentivar a participação dos alunos em atividades culturais no campus, na Universidade e na sociedade em geral; IX. Outras atividades a serem especificadas no Plano de Acompanhamento Acadêmico. (CONSEPE, 2007, p.3-4)

Cinco anos mais tarde, as normas são atualizadas pelo CONSEPE através da Resolução N°09/2012. E a remuneração era estabelecida desta vez pela quantidade de alunos indígenas matriculados dividido por cinco. Desta vez, o regulamento deixou mais claro o objetivo de apoiar e incentivar a permanência destes alunos na Universidade. Somente o artigo 1° foi inteiramente mudado, os demais permaneceram os mesmos.

Art. 1° - O Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo, dessa forma, para a sua permanência e sucesso acadêmico. §1°. A função do monitor remunerado ou voluntário será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado no Colegiado de Curso ao qual o aluno indígena está vinculado. §2°. O monitor exercerá suas atividades sob a orientação de professor(es) preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, referendado(s) pelo Conselho Diretor do campus. §3°. O monitor desempenhará suas funções em regime de 20 (vinte) horas semanais. §4°. Ao monitor remunerado será concedida uma bolsa mensal. §5°. As atividades do monitor não poderão coincidir com suas obrigações acadêmicas, em função das disciplinas em que estiver matriculado. (CONSEPE, 2012, p.02)

Art. 24 – A Prograd\Coordenação de Aperfeiçoamento Discente distribuirá bolsas de monitoria, respeitando as semelhanças/afinidades entre os cursos os quais os alunos estão matriculados. §1° O cálculo do quantitativo de bolsas será efetuado dividindo-se o número de alunos indígenas por cinco. No caso do número deste número não ser inteiro, o mesmo será arredondado para cima. §2° Quando o número de indígenas for inferior a 05(cinco), a PROGRAD poderá disponibilizar a vaga de monitor a partir da junção de cursos da mesma área, se for o caso. (CONSEPE, 2012, p.7-8)

Já em 28 de agosto de 2013, publica-se mais uma vez pela CONSEPE uma nova normativa sobre o PIMI, através da Resolução N°14/2013. Desta vez, mais um Inciso é adicionado ao Artigo 3°, que dispõe sobre as atribuições do aluno monitor. Veja:

IV – Estabelecer estratégias e ações didático-pedagógicas para esclarecimento das dúvidas sobre os conteúdos das disciplinas, observando os seguintes aspectos: a) atualização dos conhecimentos básicos, próprios da Educação Básica, e que não foram plenamente assimilados pelos alunos indígenas; b) discussão sobre os conteúdos abordados nas disciplinas em que o aluno está matriculado e priorização das ações; c) auxílio na realização de trabalhos teórico-práticos e experimentais extraclasse; d) contribuição para a melhoria da capacidade de leitura e interpretação dos textos; e) promoção do desenvolvimento das habilidades de redação de textos técnico-científicos; f) outras atividades a serem definidas, de acordo com as especificidades

de cada aluno que contribuam para a sua inserção acadêmica. (CONSEPE, 2013, p. 03)

Desta forma, o programa buscou aprimorar a forma de fornecer auxílio acadêmico nas atividades curriculares aos alunos indígenas. Visto que estes alunos apresentavam mais dificuldades em realizar leituras dos textos acadêmicos, isto por conta do nosso idioma, já que a língua mãe deles é o *Akwe* derivado da etnia do povo Xerente, e a Língua Portuguesa brasileira é a segunda falada, apesar de fluentes nela, eles têm muita dificuldade na hora de ler e escrever, o que ocasiona uma maior evasão desses alunos dos cursos de graduação da referida Instituição.

Ambos os programas perduraram até o ano de 2019, pelos dois semestres, pois no ano seguinte, o mundo mais uma vez passou por um momento histórico e triste. Em 2020 começa a grande Pandemia da Covid-19 que assolou o mundo de uma forma sem precedentes. A UFT iniciou o semestre daquele ano em março, mas apenas 15 dias depois suspendeu suas atividades por tempo indeterminado, afim de evitar a contaminação na comunidade acadêmica.

Foi um período conturbado, um vírus varria o mundo e as pessoas eram massacradas com muitas informações que recebiam ao mesmo tempo. As chamadas Fake News, consolidou-se neste mesmo período, mensagens, vídeos e fotos colocavam a população em pânico. Os golpes também ocorreram aos montes, pessoas apresentando curas milagrosas, botavam inúmeras vidas em perigo. Assim foi aquele ano, difícil em todos os aspectos.

Nesse contexto de pandemia, uma nova vida acadêmica surgiu repentinamente e foi enfiada goela abaixo, era o mundo virtual. Em outubro de 2020, a UFT anunciava a sua volta as aulas de forma virtual, alunos que utilizavam seus smartphones apenas para entretenimento na maior parte do tempo, agora tinham em mãos um dos pouquíssimos objetos que lhes proporcionariam continuar sua graduação.

Foi através da plataforma virtual do Google Meet, que as aulas aconteciam. A UFT comprou direitos que permitia utiliza-la por mais de 1 hora, isto porque uma conta simples só tem esse tempo disponível para uma reunião. O objetivo desta rede social é a videochamada, ou seja, uma chamada com vídeo, assim as pessoas podem aparecer para outras com vídeos seus ao vivo ao mesmo tempo em que podem se comunicar verbalmente. Outra plataforma da *Google* a ser usada foi o *Google Classroom*, que tem por objetivo uma sala de aula virtual, onde é possível que o professor poste atividades e textos e seus alunos podem acessar e devolver para ele, além de poder deixar comentários nas postagens e ver sua nota. Era necessário acessar somente com o e-mail institucional da UFT para acesso completo e gratuito.

O importante a ressaltar aqui é que nem professores e alunos sabiam ou tinham o costume de utilizar essas plataformas, foi uma corrida contra o tempo aprender a manuseá-la.

Assim, tablets, smartphones e notebooks viraram companheiros quase inseparáveis dos acadêmicos. Nesse processo, alunos de baixa renda foram os que mais sofreram, ora não possuíam outro aparelho eletrônico além do smartphone, ora este não era compatível com a plataforma, ora não tinha internet de qualidade em casa. Dados móveis era o recurso que tinham, mas não dava pra acompanhar a aula por completo.

Outro fato, que é importante lembrar deste período, foi como a casa outrora apenas para lazer e convívio com a família, de repente teve que se tornar também um ambiente de trabalho e estudos. Lugares improvisados, eram arrumados para realizar tais atividades, barulhos eram incontrolláveis, os filhos em casa que precisavam estudar também com auxílio dos pais, e a própria rotina de casa, foram exaustivos para muitas famílias.

Dessa forma, a UFT ficou por 3 semestres consecutivos, com ensino remoto com aulas síncronas e assíncronas, vale destacar que este tipo de ensino é diferente do ensino de Educação a distância – EaD. Enquanto no primeiro alunos e professores se encontram virtualmente ao vivo, no segundo isso não se faz necessário, o conteúdo é postado em alguma rede social, geralmente da própria instituição, e o aluno tem acesso a vídeos expositivos e decide quando irá estudar, tendo uma ou duas aulas presencias nos polos para realização de provas.

Foi nesse contexto, que a UFT buscou inovar e enfrentar os novos desafios de uma maneira nova e eficiente, tudo o que a Pandemia da Covid-19 ocasionou. Suas estratégias visionárias vieram através do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Este documento é elaborado a cada cinco anos, e serve como base norteadora das ações da Universidade nos próximos cinco anos. Assim, o PDI de 2021 – 2025 que substitui agora o anterior de 2016 – 2020, que já planejava incorporar novas ações que trouxessem alguma mudança significativa na comunidade acadêmica, e devido a essa nova vida pandêmica, foi então incorporada de vez o conceito de Inovação. Dessa forma, as novas estratégias foram propostas com o objetivo de criar algo novo, de inserir novidades, recriar e aprimorar o que fosse necessário.

Foi através da Resolução Nº 38/2021, que o novo planejamento, via web conferência, foi aprovado. O plano foi construído em conjunto com a participação de toda a comunidade acadêmica da UFT. Outro fator importante, é que tudo foi desenvolvido com objetivos sustentáveis, permitindo que a Instituição se integre as causas mundiais e ofereça serviços de qualidade de forma justa e sustentável, a sociedade tocantinense.

Já os objetivos para o desenvolvimento sustentável – ODS, estão presentes no plano e diretamente relacionados às diretrizes, visando integrar a universidade ao panorama mundial da jornada coletiva para a sustentabilidade e garantir o desenvolvimento de ações inovadoras, ousadas e transformadoras que converjam para o fornecimento de

produtos e serviços que garantam a participação da UFT na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. (CONSUNI, 2021, p. 23)

Tais objetivos resultaram na proposta de uma Educação Inovadora, algo que definiram como um dos grandes primeiros desafios, pois concluiu-se que era possível ter uma educação de excelência por meios virtuais, desde que usadas as ferramentas corretas e de maneira certa.

A educação inovadora com excelência acadêmica, definida como primeiro desafio demonstra que a universidade almeja introduzir os requisitos necessários ao desenvolvimento de seus alunos por meio da construção de projetos pedagógicos voltados ao aprimoramento do ensino com a utilização de metodologias ativas de educação e formas inovadoras de apresentação de conteúdos, mostrando seu poder de adaptação frente às adversidades que têm surgido, principalmente com a oferta de cursos e disciplinas híbridos atendendo ao período de isolamento social que se apresenta, mas que deve ser uma tendência na área da educação, visto que ficou visível o ensino à distância com qualidade, desde que utilizadas as ferramentas corretas e necessárias. (CONSUNI, 2021, p. 24)

Dessa maneira, novos conceitos foram apresentados, tais como a educação por Metodologias Ativas de Aprendizagem, que é definida pela proposta de tornar o aluno, o protagonista, da sua própria aprendizagem. Segundo Bacich e Moran (2018), em seu livro intitulado “Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática”, metodologias são diretrizes fundamentais que direcionam “os processos de ensino e aprendizagem e que se concretizam em estratégias, abordagens e técnicas concretas, específicas e diferenciadas” (BACICH & MORAN, 2018, p.39) que de uma maneira ativa essas metodologias se tornam estratégias de ensino focadas na participação determinante dos alunos na formação do “processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida”(BACICH & MORAN, 2018, p.39). Além disso, estes autores destacam a importância que esse tipo de metodologia tem no mundo cada vez mais digital em que estamos, pois, sua junção com “modelos flexíveis e híbridos” são capazes de ajudar na solução de muitos problemas encontrados pelos alunos atualmente.

As metodologias ativas, num mundo conectado e digital, expressam-se por meio de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações. A junção de metodologias ativas com modelos flexíveis e híbridos traz contribuições importantes para o desenho de soluções atuais para os aprendizes de hoje. (BACICH & MORAN, 2018, p. 39)

Assim, pode-se definir dois tipos de aprendizagem: **Aprendizagem ativa e aprendizagem híbrida**. Na primeira, o aluno é o centro de sua aprendizagem, ele se envolve diretamente, participa e reflete em todas as etapas do processo, enquanto na segunda, utiliza-se de meios digitais ou espaços físicos para compartilhar os seus aprendizados.

Dois conceitos são especialmente poderosos para a aprendizagem hoje: aprendizagem ativa e aprendizagem híbrida. As metodologias ativas dão ênfase ao papel protagonista do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando, com orientação do professor; a aprendizagem híbrida destaca a flexibilidade, a mistura e compartilhamento de espaços, tempos, atividades, materiais, técnicas e tecnologias que compõem esse processo ativo. Híbrido, hoje, tem uma mediação tecnológica forte: físico-digital, móvel, ubíquo, realidade física e aumentada, que trazem inúmeras possibilidades de combinações, arranjos, itinerários, atividades. (BACICH; MORAN, 2018, p. 39.)

Portanto, o PDI conseguiu inovar apresentando propostas de aprendizagem flexíveis e híbridas. E por isso, destacamos aqui uma dessas propostas, que é baseada no desafio 01, que vimos anteriormente, intitulado “Educação Inovadora com excelência acadêmica”. Nesta primeira etapa, a UFT desenvolveu programas e projetos integradores, com objetivos estratégicos que inovarão a maneira de administrar as coisas. Antes seus projetos operavam de maneira separada, agora houve a junção deles, assim cada setor está vinculado a uma ação que tem o mesmo objetivo em comum. Dessa maneira, surgiu o Programa Integrador Inovação Pedagógica – PIIP, liderado pela PROGRAD, que criou o projeto de Planejamento Institucional de Inovação Pedagógica – PIIP, que por sua vez implementou um novo programa de monitoria, que veremos a seguir.

Os programas e projetos integradores foram construídos conforme a Figura 4, com o objetivo de integrar as ações que possuem objetivos comuns dentro de desafios. Assim, os projetos incluídos nos programas definem as ações dos diferentes programas de auxílios, bolsas, monitoria, treinamento, etc. desenvolvidos anteriormente pela UFT de forma separada. (CONSUNI, 2021, p. 44)

2.1.3 Programa Institucional De Inovação Pedagógica

Diante de todo esse cenário, foi aprovado a nova normativa que instaurou um novo programa de monitoria, o Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP), foi em 11 de agosto de 2021, via web conferência, que o CONSEPE, criou este programa que está em vigência no semestre atual de 2022/2 em toda a Universidade, através da Resolução N° 25/2021, que possui 29 artigos.

Dentre seus principais objetivos incluem dar suporte tecnológico, aderindo o uso de ferramentas digitais educacionais que oportunize a inovação no processo de ensino-aprendizagem; criar condições de permanência e inclusão acadêmica; proporcionar aos alunos a oportunidade de ampliação de seus conhecimentos didáticos e tecnológicos ajudando-os a ressignificar o processo ensino-aprendizagem; usar o potencial do aluno de maneira que o

qualifique para o mercado de trabalho; desenvolver produtos e serviços que estejam de acordo com os objetivos da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU e está de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, do Plano Pedagógico Institucional – PPI, e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Veja:

Art. 1º O Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) tem como objetivo geral selecionar, apoiar, monitorar e avaliar Projetos de Inovação Pedagógica que tenham propostas inovadoras e que tragam transformações no processo de ensino e aprendizagem da Universidade Federal do Tocantins a partir de métodos, ferramentas e tecnologias educacionais pedagógicas inovadoras. Art. 2º São objetivos específicos do Programa: I. contribuir com suporte tecnológico para a comunidade acadêmica através das atividades desenvolvidas pelos orientadores, tutores e monitores em inovação pedagógica, adotando ferramentas digitais educacionais para propiciar a oportunidade de ampliação dos conhecimentos didáticos no processo de ensino aprendizagem; II. proporcionar condições de êxito, inclusão acadêmica e permanência dos ingressantes e demais alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFT, através de métodos no escopo da tecnologia educacional digital e inovação pedagógica; III. propiciar aos discentes a oportunidade de ampliar os conhecimentos didáticos e tecnológicos educacionais digitais proporcionando uma formação profissional qualificada e ressignificação do processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias a partir de metodologias educacionais inovadoras; IV. possibilitar o uso do potencial do aluno assegurando-lhe uma formação profissional qualificada e sua plena inserção nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação, pela cooperação entre professores, técnicos administrativos, demais alunos e sociedade nas atividades finalísticas da universidade; V. desenvolver produtos e serviços de inovação pedagógica associados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, apresentando os respectivos impactos ambiental, cultural, educacional, econômicos, políticos, sociais e/ou tecnológicos; VI. implementar efetivamente as ações do Projeto Pedagógico do Curso, do Plano Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional por meio de métricas e indicadores para promover a avaliação dos objetivos, metas e ações executados pelo programa. (CONSEPE, 2021, p.03)

O documento ainda regulamenta a forma como os projetos devem desenvolver suas atividades. Buscando uma nova maneira de pensar o “processo de ensino-aprendizagem” que seja inovadora. Criando novas experiências pedagógicas, no âmbito da sala de aula e também promover reflexões acerca dos saberes e das práticas docentes. E que sejam articuladas dentro de seis temáticas, apresentadas no artigo 3º:

Art. 3º - Os projetos de inovação pedagógica devem adotar uma nova forma de pensar o processo de ensino-aprendizagem, envolvendo experiências pedagógicas inovadoras que ocorram no âmbito da sala de aula e promovam reflexões sobre saberes e práticas da docência universitária, nas seguintes temáticas: I. aula como espaço de acolhimento, experimentação, construção e elaboração pessoal; II. a interdisciplinaridade, com adoção de estratégias de articulação entre os domínios de cada área do conhecimento para a complementaridade e a cooperação na solução de problemas e desafios complexos executando as atividades em uma abordagem integrada; III. a multirreferencialidade, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas na academia; IV. a ampliação da articulação entre teoria e prática como um princípio de aprendizagem que possibilita ao aluno o envolvimento com

problemas reais, através do contato com seus diferentes aspectos, a proposição de soluções e sua atuação na construção do conhecimento; V. a flexibilização curricular, desenvolvida no âmbito do Projeto Pedagógico, que permita ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social através de estratégias como adoção do ensino à distância; incorporação de experiências extracurriculares na formação; adoção de formas diferenciadas de organização curricular; flexibilização das ações didático-pedagógicas; e mobilidade e/ou intercâmbio estudantil; VI. articulação entre ensino, pesquisa e extensão, propiciando um processo de formação cujas atividades curriculares transcendam a hierarquização dos componentes curriculares. (CONSEPE, 2021, p.04)

Dessa maneira, foram definidos os objetivos mínimos que esses projetos devem seguir, que incluem a adesão de novas ferramentas de ensino, principalmente as digitais; fazer uso das metodologias ativas de aprendizagem; proporcionar melhorias ou transformações no processo de ensino-aprendizagem; e preparar ações que possa combater a evasão de alunos dos cursos/disciplinas, diminuir os índices de reprovação e trancamento por semestre.

Art. 4º São objetivos dos Projetos de Inovação Pedagógica (PIP): I. adotar novas ferramentas de ensino nas práticas pedagógicas nos diversos espaços da universidade, sala de aula, monitorias, atendimento docente, dentre outros, alterando ou complementando as metodologias tradicionais de ensino-aprendizagem; II. estimular o desenvolvimento de melhorias e/ou transformações do processo de ensino-aprendizagem, que gerem valor para os estudantes, professores e sociedade como um todo a partir de objetivos, metas e ações integradas de ensino, pesquisa e extensão; III. utilizar metodologias ativas em conjunto com tecnologias para propiciar práticas pedagógicas inovadoras, respeitando os valores e práticas universitárias; IV. realizar ações que minimizem a retenção de alunos em componentes curriculares dos cursos de graduação, o índice de reprovação dos alunos e a quantidade de trancamentos parciais durante o semestre letivo. (CONSEPE, 2021, p.04)

A grande inovação nestes projetos agora é ter uma equipe, que juntos serão capazes de atingir todos os objetivos propostos até agora. Por isso, determinou-se que cada projeto tenha um Coordenador de Inovação Pedagógica – CIP, que nada mais é que o professor-orientador, que nos programas anteriores era responsável apenas por sua disciplina, mas agora um único docente será responsável pela execução do projeto. Adicionou-se, também, a função de Colaborador de Inovação Pedagógica – COIP, que permite que outros docentes façam parte do projeto e auxiliem o coordenador nas atividades. Outra função 100% nova é a do Tutor de Inovação Pedagógica – TIP, que deve ser discente de cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFT, que junto ao coordenador vai ser responsável por ajudar os monitores na elaboração das atividades. E a função de Monitor de Inovação Pedagógica – MIP, para discentes dos cursos de graduação presencial da UFT e o Aluno Monitorado, que será o discente de graduação acompanhado pelo projeto de monitoria. Vale ressaltar ainda, que o projeto visando a inclusão

social, e diante das políticas de ações afirmativas, reserva uma vaga para alunos indígenas ou quilombolas, como descrito no artigo sétimo.

Art. 7º - Serão utilizadas no âmbito deste Programa as seguintes nomenclaturas e siglas para designar os integrantes dos projetos: I. Coordenador de Inovação Pedagógica (CIP) - docente efetivo do quadro de pessoal da UFT responsável pela execução do Projeto; II. Colaborador de Inovação Pedagógica (COIP) - docente efetivo do quadro de pessoal da UFT responsável por auxiliar o Coordenador nas atividades do Projeto; III. Tutor de Inovação Pedagógica (TIP) - discente de cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFT vinculado a um Projeto; IV. Monitor de Inovação Pedagógica (MIP) - discente de cursos de graduação presencial da UFT vinculado a um Projeto; V. Aluno Monitorado - discente de graduação acompanhado pela monitoria do Projeto. Art. 8º - Cada Projeto de Inovação Pedagógica contará com um Coordenador de Inovação Pedagógica (CIP) que é o responsável pelo Projeto, pelo menos um Tutor de Inovação Pedagógica (TIP) e Monitores de Inovação Pedagógica (MIP). § 1º Fica a critério do Coordenador, no ato da submissão do Projeto, a inclusão de no máximo 03 (três) docentes na função de Colaborador, desde que satisfaçam os mesmos critérios da função de Coordenador de Inovação Pedagógica. § 2º É reservado uma vaga de Monitor em Inovação Pedagógica em cada Projeto para acadêmicos indígenas e quilombolas, conforme orientação da política institucional de ações afirmativas, e desde que preencham os requisitos de participação desta resolução. (CONSEPE, 2021, p.05)

Dessa forma, cada curso desenvolveu um Projeto de Inovação Pedagógica (PIP) para este Programa e cada um deles, deve suprimir as necessidades dos programas anteriores. Isto porque, a UFT concluiu que os programas anteriores, tinham algumas falhas, uma vez que eles tinham atividades e públicos específicos; necessitava de um maior número de docentes como orientadores, assim como de alunos como monitores; tinham alta demanda de recursos humanos; descontinuação e fragmentação nas ações; impossibilidade de avaliar os impactos dessas ações, além de usar uma metodologia tradicional. Com a inovação pedagógica, todas essas falhas foram supridas, pelo menos é o que supõe a Instituição, uma vez que, na prática não é bem isso que vemos.

Para a definição do programa, inicialmente foi realizada uma avaliação nos programas atualmente fomentados e executados pela Prograd realizados com recursos próprios da UFT, destacando-se os seguintes: Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI), Programa Institucional de Monitoria (PIM), Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI), Programa Institucional de Monitoria Digital (PIMD) e Programa Institucional de Monitoria em Tecnologias Digitais (PIMTD). A partir deste levantamento foi definida a necessidade da fusão de todos os programas em apenas um abrangendo os objetivos dos anteriores e incluindo a inovação pedagógica na Universidade Federal do Tocantins como elemento fim e norteador, resultando na criação do Programa Institucional de Inovação Pedagógica. (NIP, 2021, p.13)

Agora que já vimos os principais programas de monitoria da UFT e como eles funcionam, faremos na próxima seção, um recorte mais específico para o curso de Pedagogia do campus de Miracema.

3 O ALUNO-MONITOR NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFT CAMPUS DE MIRACEMA E UM BREVE HISTORICO DESTA LICENCIATURA

O município de Miracema do Tocantins, localizado no Estado do Tocantins, no Brasil, fica a poucos quilômetros da Capital, Palmas, e tem pouco mais de 74 anos de idade. Uma pequena cidade do interior, mas com forte influência na região, possui um dos campus da UFT, divididos em duas unidades, a mais antiga chamada de *Warã*, na língua indígena *Akwe* e a mais nova chamada de Cerrado. Conta com 04 (quatro) cursos de graduação, sendo eles Pedagogia, Serviço Social, Educação Física e Psicologia. O curso de Pedagogia, foi aprovado através da Resolução nº 36/2000, tornando-se um dos cursos pioneiros no campus.

No perfil do aluno egresso, o mesmo obtém o título de licenciado, e pode trabalhar em creches e pré-escolas ou dar aulas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, o aluno durante o percurso de 4 (quatro) anos estuda maneiras de realizar o processo chamado de Ensino-aprendizagem. Aulas práticas e teóricas discutem a melhor maneira de enquanto futuro professor e/ou pedagogo, o aluno consiga desempenhar um papel transformador no desenvolvimento educacional de seus alunos.

Partindo disso, a monitoria entra como uma facilitadora desse papel, uma vez que possibilita ao aluno-monitor, uma experiência com o processo de ensino e aprendizagem. Assim, ele se torna um mediador entre o professor acadêmico e seus alunos. No campus de Miracema, como visto anteriormente, atendeu aos três programas de monitorias analisados nesta pesquisa, tendo como maior foco o último. O aluno-monitor realizava a monitoria geralmente de forma individual, já que a procura era pequena por parte dos alunos. Em especial, apareciam os alunos ingressantes, matriculados/as do 1º ao 3º Período dos cursos.

Durante o período pandêmico, o programa vigente foi o PIP, que de longe teve um desafio maior, monitorar alunos em situação digital, da qual a maioria não sabia lidar com as mídias. Entre as várias atividades de monitoria, os alunos-monitores também tinham o desafio de conseguir alcançar um número significativo de alunos, dessa forma medidas foram tomadas, tais como: Criar um nome para o projeto, que em 2021 chamava -se Comunidade de Inovação Pedagógica – CIPed; criar uma conta na rede social *Instagram*, para divulgação dos trabalhos, horários das monitorias, dúvidas frequentes e ofertas de oficinas pedagógicas sobre plataformas digitais uteis as aulas do curso, como *Word*, *Excel* e *Power Point* da *Microsoft*, entre outras atividades. Além disso, as monitorias ocorriam sempre de forma online, através do aplicativo de mensagens *WhatsApp* em horários pré-estabelecidos em cartazes de divulgação.

Esse foi só mais um dos inúmeros desafios que a Pedagogia enfrentou no Brasil, um curso antigo com mais de 80 anos de história. O curso foi criado em 1939, no governo de Getúlio Vargas, com a promulgação do Decreto Lei nº 1.190/39, que possui 64 artigos e organizava a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, Capital. Que foi extinta em 1968 durante o Regime Militar, que teve início em 1964, e hoje é conhecida como a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Nessa época tinha por objetivos:

Art. 1º A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pela Lei n. 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Filosofia. Serão as seguintes as suas finalidades: a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino. (BRASIL, 1939)

Dessa forma, o curso de pedagogia existia como uma das divisões da faculdade, enquanto didática era definida como uma divisão especial:

Art. 2º A Faculdade Nacional de Filosofia compreenderá quatro secções fundamentais, a saber: a) secção de filosofia; b) secção de ciências; c) secção de letras; d) secção de pedagogia. Parágrafo único. Haverá, ainda, uma secção especial de didática. (BRASIL, 1939)

No artigo 3º, o Decreto instituiu que a faculdade ministrasse dois tipos de cursos: Ordinário e extraordinário. Em seu 1º inciso fica determinado que os cursos de caráter ordinários deveriam ser formados por um agrupamento harmônico de disciplinas, necessários para a obtenção do diploma. Enquanto os cursos extraordinários, no 2º inciso, podiam ser divididos em dois tipos, sendo um para aperfeiçoamento, nas disciplinas da modalidade anterior, e o segundo como cursos avulsos, destinados as disciplinas que não faziam parte do ensino dos cursos ordinários.

Art. 3º A Faculdade Nacional de Filosofia ministrará: a) cursos ordinários; b) curso extraordinários. § 1º Os cursos ordinários serão os constituídos por um conjunto harmônico de disciplinas, cujo estudo seja necessário à obtenção de um diploma. § 2º Os cursos extraordinários serão de duas modalidades, a saber: a) cursos de aperfeiçoamento, destinados à intensificação do estudo de uma parte ou da totalidade de uma ou mais disciplinas dos cursos ordinários; b) cursos avulsos, destinados a ministrar o ensino de uma ou mais disciplinas não incluídas nos cursos ordinários. (BRASIL, 1939).

O Decreto também definiu as secções, onde a parte de Pedagogia teve seu próprio curso ordinário mais o curso especial de Didática.

Art. 7º A secção de pedagogia constituir-se-á de um curso ordinário: curso de pedagogia. Art. 8º A secção especial de didática constituir-se-á de um só curso ordinário denominado curso de didática. (BRASIL, 1939)

Ainda neste decreto, fica definido a duração do curso de 3 anos e com um total de 15 disciplinas no currículo, divididas em três séries, conforme podemos ver em seu Artigo 19:

Art. 19. O curso de pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas: Primeira série: 1. Complementos de matemática. 2. História da filosofia. 3. Sociologia. 4. Fundamentos biológicos da educação. 5. Psicologia educacional. Segunda série 1. Estatística educacional. 2. História da educação. 3. Fundamentos sociológicos da educação. 4. Psicologia educacional. 5. Administração escolar. Terceira série: 1. História da educação. 2. Psicologia educacional. 3. Administração escolar. 4. Educação comparada. 5. Filosofia da educação. (BRASIL, 1939).

Já o curso de Didática, como vimos anteriormente, tinha duração de 1 ano com apenas seis disciplinas na grade curricular. Depois de ter o diploma de bacharel, o aluno fazia esse curso, caso quisesse ter o título de licenciado, para lecionar em sala de aula, e isso valia para todos os cursos, com exceção especial para Pedagogia.

Art. 20. O curso de didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas: 1. Didática geral. 2. Didática especial. 3. Psicologia educacional. 4. Administração escolar. 5. Fundamentos biológicos da educação. 6. Fundamentos sociológicos da educação. (BRASIL, 1939)

Como quatro disciplinas da grade de Didática já eram obrigatórias na grade de Pedagogia, os bacharéis desse curso, caso optassem por lecionar, não seriam obrigados a ter frequência nos exames, pois já tinham cumpridos essas exigências no curso anterior de Pedagogia. Dessa forma, deveriam cursar apenas duas disciplinas: Didática Geral e Didática Especial.

Art. 58. Os bacharéis em pedagogia, que se matricularem no curso de didática não serão obrigados à frequência nem aos exames das disciplinas, que hajam estudo no curso de pedagogia. (BRASIL, 1939).

Carmen Silva Bissolli da Silva, em seu livro “O curso de Pedagogia no Brasil: História e identidade”, de 2003, explora toda a trajetória do curso. A autora fala que esse esquema de fazer um curso bacharel e depois fazer Didática, ficou conhecido como o esquema “3+1”.

[...] Foram fixados os currículos plenos e também a duração para todos os cursos. Para a formação de bacharéis ficou determinada a duração de três anos, após os quais, adicionando-se um ano de curso de didática, formar-se-iam os licenciados, num esquema que passou a ser conhecido como “3+1”. (SILVA, 2003, 11-12).

Ainda sobre este livro, a autora divide seu trabalho em duas partes: I) é sobre a história do curso no país e II) é sobre a identidade deste profissional. Portanto, na primeira ela discute sobre as três regulamentações do curso de Pedagogia no Brasil, a partir de sua criação (como vimos anteriormente). E depois a partir do Parecer do CFE N°251/62 e por último do parecer CFE N°252/69. Na parte dois, analisa e questiona o perfil deste profissional, no que ela definiu como o “Período das regulamentações” (1939-1972). Depois esmiúça o “Período das indicações” (1973-1978), onde projeta-se a identidade do profissional de pedagogia, seguido do “Período das propostas” (1979-1998), momento em que mais se discutiu a identidade do curso e por fim o “Período dos decretos” (a partir de 1999), que finalmente outorga a identidade do formado em Pedagogia.

No primeiro período, Silva (2003) afirma que o profissional não tinha identidade e que seu campo de atuação era muito difuso. Assim houve momentos de tensão, onde era perceptível o quão este currículo era inadequado, uma vez que não estava claro, o campo de trabalho e o perfil do aluno egresso. Além de que, a divisão do curso nas modalidades de bacharelado-licenciatura reforçava uma dicotomia, prejudicial a dois componentes importantes do processo pedagógico: o conteúdo e o método. Dessa forma, a exclusão das disciplinas de Didática geral e especial, do currículo do bacharel tornou sua identidade embaraçosa, assim como a do licenciado problemática.

“Em sua própria gênese, o curso de pedagogia já revela muito dos problemas que o acompanharam ao longo do tempo. Criou um bacharel em pedagogia sem apresentar elementos que pudessem auxiliar na caracterização desse novo profissional. (p.12) [...] conseqüentemente, a prescrição de um currículo, o qual nem sequer se limitou ao mínimo, para a formação de um profissional não claramente identificável, só poderia resultar inadequada. Essa inadequação é representada, principalmente, pela tensão provocada, de um lado, pela expectativa do exercício de funções de natureza técnica a serem realizadas por bacharel e, de outro, pelo caráter exclusivamente generalista das disciplinas fixadas para a sua formação. Outro foco de tensão é o relativo à separação bacharelado-licenciatura, refletindo a nítida concepção dicotômica que orientava o tratamento de dois componentes do processo pedagógico: o conteúdo e o método. [...] por fim, a exclusão da didática geral e especial da formação do bacharel em pedagogia torna a identidade desse profissional ainda mais obscura. (p.13) [...] prova do quão difuso era o mercado de trabalho do licenciado em pedagogia foi o direito de lecionar filosofia, história e matemática a ele conferido. (SILVA, 2003, p.14)

Em 1962, o Conselho Federal de Educação – CFE publicou o Parecer N° 251/62 que entre outras coisas, inseriu pequenas mudanças no currículo de Pedagogia e fixou a duração do curso. Os problemas já citados permaneceram inalterados, porque até então o seu autor, o professor Valnir Chagas, evidenciou a vulnerabilidade do curso de Pedagogia, pois explanou sobre a grande controvérsia sobre a manutenção ou extinção do curso. E isso era devido a

acusação de que o curso não tinha conteúdo próprio, pois a formação do professor primário tinha que se dar em um nível superior enquanto a dos técnicos em educação eram posteriores a graduação.

[...] Considerando a validade de tal ideia apenas para o futuro, uma vez que a formação de professores primários em curso secundário já era uma solução avançada para a época, Valnir Chagas trata então de fixar o currículo mínimo e a duração do curso de pedagogia. Fica, portanto, muito clara a ideia de provisoriedade com que é tratada a existência do curso de pedagogia. A previsão do autor do parecer é que, antes de 1970, nas regiões mais desenvolvidas, esse curso teria que ser redefinido e que, provavelmente, nele se apoiariam os primeiros ensaios de formação superior do professor primário, enquanto a formação do “pedagogista” se deslocaria para a pós-graduação, num esquema aberto aos bacharéis e licenciados de quaisquer procedências que se voltassem para o campo da educação (SILVA, 2003, p. 15-16).

Uma luta importante deste período, foi de encontrar a identidade do curso, pois o mesmo era um dos poucos existentes no país naquela época e era deixado de lado pelas autoridades do país. Anos mais tarde, foi aprovado o Parecer 252/69 que trouxe novas alterações e uma sede de mudança por parte dos alunos e profissionais desta área. Novamente aprovador por Valnir Chagas, fixou os conteúdos mínimos e a duração do curso na organização da sua estrutura, tais mudanças vigoraram por mais de 30 anos, e duraram até a criação da LDB Nº 9.394/96, quando foram descartadas. Dessa forma, este Parecer não conseguiu definir a identidade do curso e tão pouco resolver seus problemas, ao invés disso criou novos.

Com muito sacrifício e lutas, o curso aos poucos conseguiu se encaminhar para o que definitivamente poderia de fato ser a sua identidade, enquanto um curso de formação de professores, no entanto, 83 anos depois de sua criação, novos retrocessos surgiram na década de 2010. A passos largos ocorre uma reforma empresarial na educação na esfera da formação docente, através da revogação arbitrária das Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada (Resolução CNE/CP Nº 2/2015), e a nova determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum também para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP Nº 2/2019), assim como as mesmas para a Formação Continuada (BNC-Formação Continuada). Novamente nos trazem a pauta da reformulação do Curso de Pedagogia, além disso, em 2020 cria-se uma Comissão Bicameral para revisar as Diretrizes Curriculares Nacionais, que fomenta mais ainda o caráter fragmentado ao qual o curso está definido (GAMA e MELO, 2020, p.02).

As atuais propostas novamente tentam segregar o curso, de forma que se divida entre educação básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, e em modalidades – Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica,

Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola. Dessa forma, o curso perde novamente sua identidade, uma vez que a proposta é formar profissionais técnicos, voltados para as modalidades e o pedagogo/professor para a formação básica.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar. (CNE, 2015, p. 03)

Outra mudança significativa, determinada pela nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC, é a inserção de habilidades e competências, no currículo, o que nos remete a uma educação tecnicista, onde o aluno egresso se torna uma mão de obra qualificada. Outro fator, que evidencia isto é a Reforma do Ensino Médio que antes era de meio período e agora foi para tempo integral, onde meio período é designado a educação básica e o outro período é para cursos profissionalizantes. Além de aumentar a carga horária, esta reforma também torna disciplinas como Artes, Língua Inglesa, Matemática, Sociologia, Filosofia e Educação Física, como obrigatórias na estrutura curricular, isso conforme a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera diversos artigos da LDB 9.394/96.

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações : “Art. 24 – I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. § 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. § 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º” (NR) (BRASIL, 2017, p.01)

Ainda convém lembrar que o conjunto de Diretrizes que organizam a formação docente (BNCC Formação) e que norteia o curso de Pedagogia “configura um retrocesso no processo formativo, pois retoma a noção de desenvolvimento de competências e habilidades, da superada Resolução CNE/CP nº 1, de 2002” (GAMA e MELO, 2020, p. 07). Aqui fica estabelecido uma formação docente concentrada mais uma vez em aptidões, sendo listado um “conjunto de competências e habilidades” que devem ser desenvolvidas no decorrer dos cursos de formação docente, conforme o Artigo 2º da Resolução CNE/CP Nº 2/2019:

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes. Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação. Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional. (CNE, 2019, p.2)

Por outro lado, o que era um marco na luta do movimento dos profissionais da Educação, foi a Resolução CNE/CP Nº 2, de julho de 2015, esta que foi resultado de inúmeras discussões, pesquisas científicas, e feita em conjunto com as comunidades sindicais, instituições acadêmicas e profissionais da área, que retrata uma formação docente idealizada com coerência e consistência, elaborada de acordo com princípios historicamente defendidos desde a década de 1970, pelo movimento dos educadores, foi descartada (GAMA e MELO, 2020, p.8).

Em síntese, se faz necessário um movimento de resistência ativa que mais uma vez lute contra uma formação emancipatória no curso de Pedagogia e o desmonte da Educação Básica brasileira. Em pleno 2022, nos submetemos a tais retrocessos é inaceitável, enquanto educadores, no papel é entregar uma educação de qualidade aos nossos alunos, que seja acolhedora e coerente com nossa realidade. Enquanto profissionais, devemos lutar, seja na esfera pedagógica, seja na política para termos os nossos direitos garantidos e não termos uma formação sucateada pelo Governo.

Agora que fizemos uma análise do curso de Pedagogia no geral e no campus da UFT/Miracema, que é signatário de todo esse debate acerca das definições legais das diretrizes que definem a formação do pedagogo, passamos, para a análise de dados da pesquisa de campo e da metodologia para esta pesquisa.

4 PESQUISA DE CAMPO: O QUE DIZEM OS MONITORES SOBRE A MONITORIA?

Esta pesquisa, foi realizada na Universidade Federal do Tocantins – UFT, no campus de Miracema e no município de mesmo nome, de outubro a novembro de 2022 e teve como objeto de pesquisa monitores e discentes do curso de pedagogia.

O propósito, desta pesquisa, foi de caráter exploratório, sobre a importância da experiência de monitoria para a formação dos futuros professores e a maneira como ela foi empregada para auxiliar os discentes no processo de ensino-aprendizagem. A abordagem usada foi a qualitativa, e os estudos foram desenvolvidos com base em uma pesquisa documental feita no site oficial da UFT, de uma pesquisa de campo feita virtualmente com um pequeno questionário, através da plataforma do *Google Forms*, com questões abertas e fechadas de natureza exploratória. Para a análise dos dados foi utilizado a técnica quantitativa e qualitativa. A pesquisa foi aplicada em uma amostragem de 22 pessoas.

Os sujeitos da pesquisa foram 7 monitores, sendo 3 do PIM e 4 do PIP e 15 discentes que receberam monitoria. O questionário foi estruturado com questões sobre os horários dos estudos individuais; sobre o planejamento da monitoria; a relação com o professor-orientador; a definição de metas, objetivos e estratégias para os monitorados, e monitoria como preparação para o mercado de trabalho. Para os discentes, as questões buscavam saber como eles avaliavam a monitoria que receberam e como isso contribuiu para o seu processo de ensino-aprendizagem.

4.1 Análise dos dados

4.1.2 O que dizem os monitores?

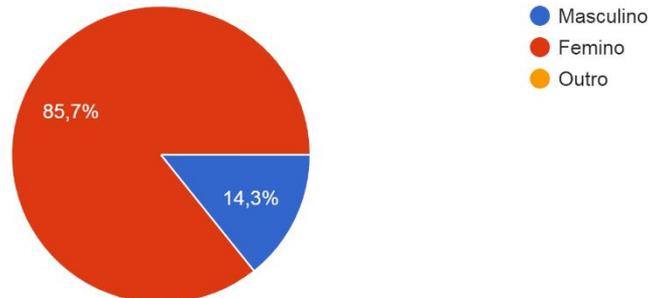
Se dispuseram a responder ao questionário, com onze perguntas, 7 alunos que participaram dos programas de monitoria, sendo 3 alunos do PIM, e 5 do PIP, infelizmente, nenhum monitor do PIMI foi encontrado. Na análise das respostas fechadas, as apresentaremos de maneira quantitativa em gráficos. E nas perguntas fechadas faremos uma análise de forma qualitativa e para isso usaremos alguns trechos dos depoimentos dos participantes, portanto, os depoimentos serão identificados como M1 até o M7.

Na primeira pergunta, relacionada ao sexo dos participantes (Gráfico 1) observou se que há 85,7% de indivíduos do sexo feminino para 14,3% do sexo masculino, que foram monitores. Nota-se ainda que a maioria dos monitores, são predominantemente do sexo feminino.

Gráfico 1 – Gênero

1. Qual é seu gênero?

7 respostas



Fonte: Autoria própria

Na segunda pergunta, sobre qual monitoria (Gráfico 2) o participante fez parte, constatou-se que 57,1% foram monitores no PIP, enquanto cerca de 42,9% participaram do PIM. Nenhum monitor do PIMI foi encontrado. O programa com maior porcentagem é o que está atualmente em vigor, talvez, por este motivo contemple mais participantes.

Gráfico 2 – Programas de Monitoria

2. Quais dos seguintes Programas de Monitoria acadêmica da UFT, você foi monitor?

7 respostas



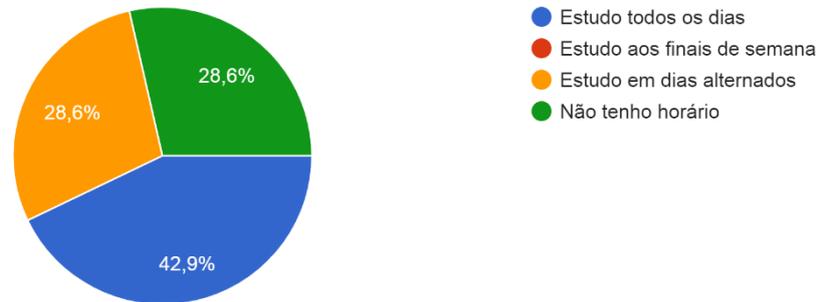
Fonte: autoria própria

A terceira pergunta, foi sobre se os participantes tinham ou não um horário de estudo em casa (Gráfico 3) e verificou -se que 42,9% afirmou estudar todos os dias, enquanto 28,6% dizem estudar em dias alternados ou não ter horário para estudar, respectivamente. É interessante analisa o empenho que o estudante tem sobre sua formação, pois ao se torna monitor, isso exige um grau de estudo maior, logo este estudante deve dedicar mais horas do dia para revisar conteúdos e atualizar os novos.

Gráfico 3 – Horário de estudo

3. Você costuma ter um horário para estudar?

7 respostas



Fonte: autoria própria

A quarta pergunta, foi sobre o planejamento das aulas junto ao professor-orientador, se o monitor participou ou não deste processo (Gráfico 4). Assim, 71,4% afirma ter realizado essa atividade, enquanto 28,6% afirmou que não fez isto. Planejar a aula com o professor orientador, é uma das funções mais importantes de um monitor, é nesta etapa que ele poderá compartilhar suas ideias. De acordo com Nunes (2007), neste planejamento o monitor trará sua opinião desde a perspectiva de aluno até o elo que ele forma entre a turma e o professor. Além disso, pode ajudar na preparação de materiais para a aula; na organização da sala ou laboratório; na assistência aos alunos durante a aula; na aplicação de avaliações, etc., assim a relação entre os dois será de confiança mútua, estabelecida através deste dialogo aberto.

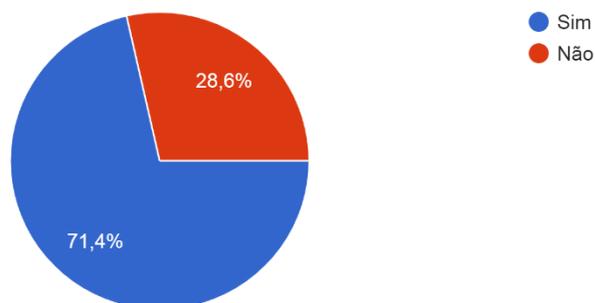
A quinta pergunta, foi sobre a participação do monitor nas aulas como observador da disciplina que ele ajudou a preparar a aula (Gráfico 5). Contatou-se que 85,7% participou das aulas enquanto 14,3% afirmaram que não. Este é outro fator importante para a formação do monitor, participar ativamente da aula que ele ajudou a preparar. Assim, a teoria vai aplica -se na prática.

A sexta e última pergunta fechada foi sobre a criação de metas ou objetivos (Gráfico 6) que os monitores fizeram ou não para os alunos monitorados. Dessa forma, 85,7% afirma que estabeleceu tais prioridades em suas monitorias, enquanto 14,3% afirmou que não tinham tais objetivos. Assim como participar do planejamento das aulas, o ideal é que haja também um planejamento para as monitorias, pois como o monitor contribuirá para a formação dos colegas e a própria inclusive, se não tiver nenhum objetivo? Para tanto basta se nortear pelos próprios objetivos que cada programa de monitoria estabelece em seus editais, como vimos anteriormente.

Gráfico 4 – Planejamento das aulas com o professor-orientador

4. Você ajudou a planejar alguma aula com o professor orientador?

7 respostas

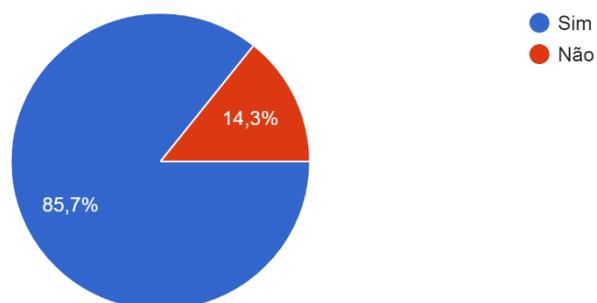


Fonte: Autoria própria

Gráfico 5 – Participação nas aulas com o professor-orientador

5. Você participou das aulas, com a presença do professor orientador?

7 respostas

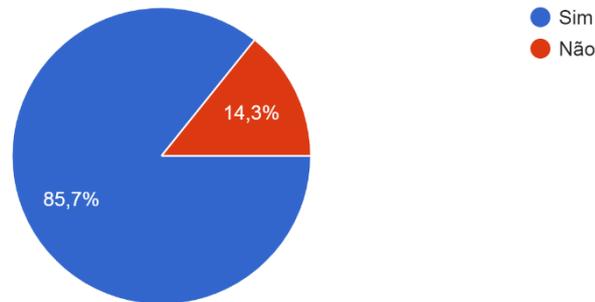


Fonte: Autoria Própria

Gráfico 6 – Definição de metas ou objetivos aos monitorados

6. Durante a sua monitoria, você definiu metas ou estabeleceu objetivos, para os alunos monitorados?

7 respostas



Fonte: Autoria própria

Na análise as perguntas abertas, que totalizaram cinco questões, faremos uma análise qualitativa. No emprego de suas monitorias os 7 monitores afirmaram que tiveram resultados positivos e que foram agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem tanto dos alunos monitorados quanto de si mesmos. Afirmam que tiveram que retomar assuntos já estudados anteriormente para melhor ensinar os discentes. Também afirmaram que utilizaram com muita frequência a plataforma do *Google Meet* para os encontros e alguns afirmaram não terem tido muita procura por monitoria, restando apenas as atividades de planejamento das aulas junto ao professor-orientador.

Com relação as estratégias, os monitores consideram que foi importante desenvolver meios aos quais os alunos pudessem compreender melhor o conteúdo. Por isso, ofertaram oficinas com conteúdo que os alunos mais tinham dificuldades. O monitor (M5) explica que “*Criamos as estratégias de ajudar o aluno, por meio de oficinas de acordo com a demanda de monitorias*”. Segundo Frision, o conhecimento se forma na medida em que o indivíduo “é provocado a desenvolver competências, podendo com elas autorregular e controlar sua ação. Isso significa que não basta apenas promover espaços de reflexão e apreensão de conhecimento, se as aprendizagens não forem sistematizadas pelo próprio sujeito” (FRISION, 2016, p. 143). Dessa forma, se o aluno não for capaz de estruturar sua aprendizagem ele não conseguirá ter um rendimento nos seus saberes, não fixará e não aprenderá o conteúdo.

Quando perguntado da importância de a Universidade ter um programa de monitoria, é unânime que tal medida é fundamental para a comunidade acadêmica. O monitor (M2) afirma que “*é muito importante. Visto que há muitos alunos que possuem dificuldades, mesmo estando na universidade e o monitor está para ajudá-los nessas dificuldades, além de auxiliar também*

o professor que por si só, nem sempre consegue estar a par de todas as dificuldades da turma, uma vez que o tempo de aula é dedicado a exposição dos conteúdos. Por isso dá-se a importância da monitoria". Por isso, é muito importante ter uma maneira de auxílio durante os estudos, muitas questões podem surgir sobre o conteúdo, assim como dúvidas e ideias novas. O monitor (M6) explica que o programa foi "*Como auxiliador e impulsionador da autonomia e protagonismo acadêmico! Mudança de visão e de aproximação com o conhecimento científico*". Além de criar conhecimentos na orientação aos alunos, a monitoria aproxima o aluno-monitor do trabalho científico, uma vez que ele cria também atividades para participação em congressos, seminários ou oficinas.

Outra pergunta instigante, é sobre o fazer docente e como a monitoria contribui para a formação acadêmica do aluno-monitor e se ele se sente mais preparado para exercer sua profissão no final da monitoria. O monitor (M4) afirma que a monitoria o "*Ajudou a compreender a complexidade que é o processo de ensino, como é árduo estabelecer relações, mesmo que isto vise favorecer a comunidade acadêmica*". Eles constatam que se empenhar neste trabalho de monitoria, os ajudou a refletir sobre como é a profissão deles, além de dar um vislumbre dos problemas cotidianos que cercam a vida dos professores. O Monitor (M5) diz que a monitoria "*Contribuiu no meu senso crítico, no meu pensar como um ser docente, nos meus textos e leituras acadêmicas e na elaboração deles*". Para Nunes, a monitoria deve cumprir duas funções principais: "*iniciar o aluno na docência de nível superior e contribuir com a melhoria do ensino de graduação*" (NUNES, 2007, p.). Isto porque, a monitoria também reflete a qualidade de ensino da Instituição, além de proporcionar uma socialização docente universitária.

Diante desta experiência, cinco dos sete monitores afirmam se sentirem preparados para a docência no Ensino Fundamental após a graduação. Enquanto o monitor (M4) acredita que a atividade de monitoria "*Não é suficiente. O tempo como monitor neste programa é pouco, e as experiências vividas precisam ir muito mais além. Mas é uma boa experiência para se ter no currículo*". Enquanto o monitor (M5) compartilha de pensamento semelhante pois afirma que ainda não se sente preparado para os desafios da docência: "*Sim e Não, ainda tenho receio de como vou atuar no mercado de trabalho*".

Por último, e não menos importante, perguntamos se os monitores notaram que o programa ao qual participaram foi capaz de proporcionar, a permanência dos discentes no curso e a inclusão acadêmica. Isto porque essas duas questões foram desafios básicos para a criação dos programas, conforme já vimos no PDI da UFT e nas regulamentações dos mesmos anteriormente. Os sete concordam que sim, e o monitor (M4) mais uma vez afirma que "*Sim*."

Pois quando o ingressante chega na universidade ele se sente acolhido e ajudado com projeto de monitoria. Pois eles têm muitas dúvidas e dificuldades que os monitores ajudam a superar. Além do mais o projeto de monitoria é bom ambos os lados”. Dantas (2014), afirma que existe dificuldades dos alunos ingressantes na nova vida acadêmica, baseado nos estudos de Coulon (2008) ele afirma que:

(...) a entrada na vida acadêmica é considerada um rito de passagem caracterizado por uma luta pelo poder carregado de determinados sacrifícios. O rito de passagem é um processo constituído em três tempos: *O tempo do estranhamento*: o universo desconhecido em que o cursista adentra nada tem a ver com o ambiente escolar que acaba de abandonar. Não se conhece, ainda, as regras do trabalho acadêmico e intelectual. A sua relação com o tempo é profundamente modificada (aula, carga horária, ano letivo, ritmo de trabalho, sistemática de avaliação, etc.). *O tempo da aprendizagem*: a adaptação é progressiva e conformada a sua produção. Momento em que se percebe a aprendizagem, a lógica do processo de ensino de cada professor, a cultura universitária, etc. *O tempo de filiação*: capacidade de compreensão e transgressão das regras estabelecidas naquele ambiente acadêmico. (COULON, 2008) *apud* DANTAS, 2014, p. 574)

Ao entrar na Universidade, o discente se depara com um mundo novo, novas regras, novos conceitos, novas nomenclaturas, etc. dos quais nunca ouviu mencionar durante toda a sua vida escolar. Por isso, Dantas (2014) diz que ao passar pelas fases de adaptação o discente começa a entender que só tem êxito quem realmente se insere na “cultura universitária” e adquire o hábito de ser estudante e se permita ser identificado como tal.

Posteriormente, veremos a opinião dos discentes acerca da monitoria e as contribuições para a sua vida acadêmica.

4.1.3 O que dizem os alunos: atendidos pelos monitores?

De antemão, se dispuseram a responder ao segundo questionário, com onze perguntas, destinado aos estudantes que em algum momento do curso, participaram de monitorias, 15 discentes do curso de pedagogia. Destes, somente 2 alunos são indígenas e somente um foi atendido pelo PIMI, e o outro foi pelo PIP/CIPed, destacaremos suas respostas como “EI2” e “EI13”.

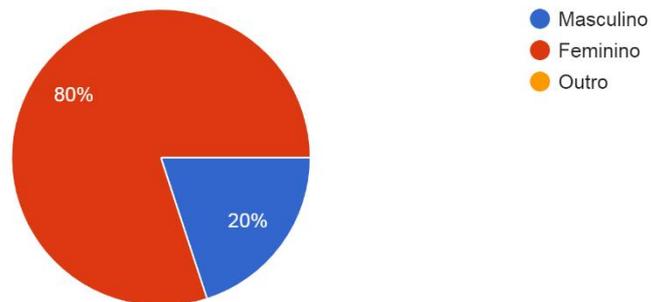
Na primeira pergunta (Gráfico 1) verifica-se que há 80% de indivíduos do sexo feminino entre os discentes, e 20% de indivíduos do sexo masculino. Notamos aqui novamente uma predominância de pessoas do sexo feminino no curso. É curioso notar que aparentemente à docência tende a se um “lugar” feminino, e menos objetificado por pessoas do sexo masculino.

Na pergunta dois (Gráfico 2) observou - se que 46,7% declarar ser pardo, enquanto 33,3% declara ser branco, 13,3% declara ser indígena e somente 6,7% se declara preto. Aqui podemos notar, embora seja uma amostragem bem pequena da realidade, a grande diversidade étnica entre os alunos deste curso.

Gráfico 1 – Gênero

1. Qual é seu gênero?

15 respostas

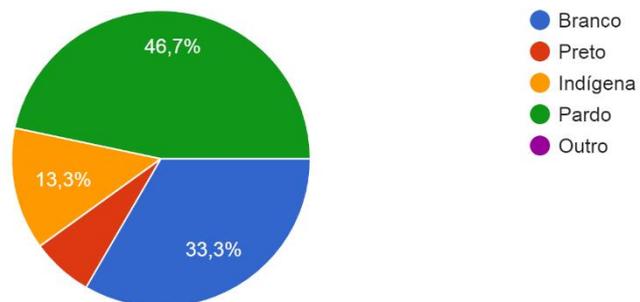


Fonte: Autoria própria

Gráfico 2 – Etnia dos alunos

2. Qual é sua etnia?

15 respostas



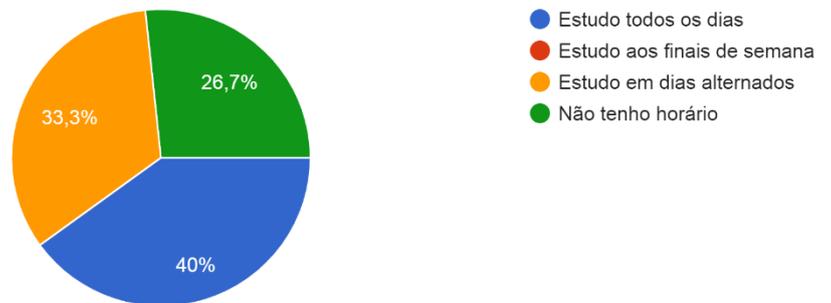
Fonte: Autoria própria

Na pergunta três (Gráfico 3) sobre o horário de estudo nota-se que 40% dos discentes afirma estudar todos os dias regularmente, enquanto 33,3% afirmam estudar em dias alternados e 26,7% diz não ter horário de estudo. Manter um horário de estudo é fundamental em qualquer graduação, e se faz necessário que o estudante dedique um pouco do seu tempo para este fim. Aqui é um pouco alarmante que mais de 26,7% não tenha isso planejado, embora seja uma amostragem bem pequena, provavelmente, no geral este número seja bem maior, e

consequentemente, isto refletirá na qualidade da educação que este futuro professor oferecerá a comunidade escolar.

Gráfico 3 – Horário de estudo

3. Você costuma ter um horário para estudar?
15 respostas



Fonte: autoria própria

Na pergunta 4 (gráfico 4), sobre quais programa os discentes mais procuraram, 66,7% optou pela monitoria do PIP/CIPed e 26,7 % o PIM e somente 6,7% procurou o PMI. A maior porcentagem para o PIP/CIPed deve-se ao fato deste se o atual programa em vigor na UFT, dessa forma, como os outros dois estão extintos, somente uma investigação com alunos egressos obteria números maiores.

Gráfico 4 – Procura dos programas de monitoria

4. Quais dos seguintes programas de Monitoria acadêmica da UFT, você já procurou os monitores para atendimento?
15 respostas



Fonte: Autoria Própria

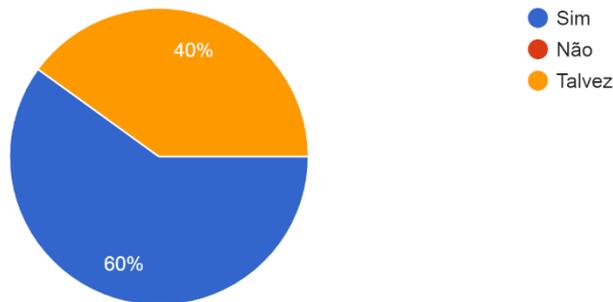
Na pergunta 5 (Gráfico 5), na opinião dos discentes sobre inclusão acadêmica e permanência no curso, 60% afirmam que sim e 40% dizem que talvez atenda. É notável que quase a metade dos participantes desta pesquisa, tem dúvidas quanto a ação dos programas de monitoria para assegurar a permanência dos alunos no curso e a inclusão acadêmica. Talvez

aqui tenhamos encontrado uma divergência entre as respostas dos monitores e a dos discentes ou um certo nível de insatisfação deles com estes programas.

Gráfico 5 – Inclusão acadêmica e permanência dos alunos

5. Na sua opinião, estes três Programas de Monitoria foram capazes de proporcionar inclusão acadêmica e a permanência dos alunos ingressantes no curso de Pedagogia?

15 respostas



Fonte: autoria própria

Na análise as perguntas abertas, houve certas divergências entre as respostas dos discentes. No que se refere a importância de ter recebido o auxílio de um dos monitores dos três programas estudados, doze dos quinze estudantes afirmam que foi essencial, e de grande relevância ter a ajuda de um monitor, nas realizações das atividades acadêmicas. O estudante (E6) diz que *“Foi muito importante porque estava me sentindo perdida e com o auxílio dos monitores resolveu muito no que eu estava com dúvidas”*; corroborando com Dantas (2014), sobre a ideia de adaptação a nova vida acadêmica, o estudante (E7) afirma que *“O auxílio de monitoria quando bem atendido, proporciona confiança ao acadêmico que está na fase de adaptação do curso”*; (E9) *“Quando entrei na UFT eu me sentia deslocada e com a ajuda da monitoria, consegui adentrar no mundo acadêmico”*; (E11) *“Muito importante, pois tive minhas dúvidas esclarecidas e a solução para a maioria dos enfrentamentos na universidade”*. Enquanto três dos quinze, afirmam não terem recebido auxílio de nenhum monitor desses programas. Além disso, na opinião dos dois alunos indígenas, o estudante (EI2) afirma que *“Sou iniciante no curso de pedagogia mais vejo que necessita de programa que realmente estejam preocupados em auxiliar os acadêmicos principalmente os indígenas”* e o (EI13) diz que *“Não recebi auxílio nenhum”*.

Depois buscamos saber se eles sentiram mais dificuldade em realizar as atividades das disciplinas que não ofertavam monitoria. No total, doze dos quinze afirmam que sim, tiveram muitas dificuldades na elaboração de atividades. Assim afirmam: (E7) *“Atividades. Principalmente os textos científicos que pra quem não está acostumado a escrever, se torna*

muito confuso”; (E8) *Em certas atividades acadêmicas, pois ao fazer as atividades sem auxílio, tinha dúvidas e dificuldade para executá-las*”; (E9) *“Sim, com certeza. Com a ajuda da monitoria era muito melhor o entendimento nas disciplinas.”* (E10) *“Sim, pois com a ajuda dos monitores as atividades se tornam mais compreensíveis, muitas vezes o professor explica o conteúdo e não compreendemos como feito pelo um monitor que já teve a experiência com o conteúdo/disciplina”*. Enquanto três dos quinze, dizem não ter tido dificuldades. Portanto, pelo fato do conteúdo ser novo, ou até mesmo complexo as disciplinas sem monitores, tinham geralmente um coeficiente baixo de notas e índices altos de reprovação, por isso, a necessidade da inovação pedagógica proposta no último programa da UFT. Com relação aos estudantes indígenas, o (EI2) diz que essa ausência do monitor *“Vejo muita dificuldade pelos meus colegas indígenas que estão tendo dificuldade na compreensão”* e o (EI13) respondeu apenas *“disciplina”*.

Sobre aprender novos conhecimentos e adquirir novas aprendizagens os estudantes treze dos quinze, afirmam positivo para a obtenção de novas maneiras de aprender e entender o conteúdo. Assim diz o estudante (E6) *“Sim. Pude ampliar meu conhecimento através das explicações dos monitores, pois com a ajuda deles pude compreender melhor certo assunto e me desenvolver melhor”*; (E7) *“Sim, pois com o auxílio do monitor há chance de maior compreensão. Muitas das vezes por falta de coragem, timidez ou tempo, nossas dúvidas continuam fora da sala de aula. O apoio da monitoria possibilita uma visão do que precisamos fazer”*; (E11) *“sim, principalmente no acesso as plataformas digitais da UFT, quando iniciante tive muita dificuldade e aprendi o manuseio com as oficinas e as monitorias”*. Apenas um estudante diz não ter tido dificuldade e outro aluno respondeu apenas *“talvez”*. Já os estudantes indígenas disseram (EI2) *“Eu consegui me desenvolver muito e cada dia me desenvolvo mais não participo de nenhuma monitoria”* e o estudante (EI13) *“Sim, na oficina de cubo, me ajudou a organizar os documentos”*.

Com relação ao progresso, na vida acadêmica com a ajuda dos monitores, treze dos quinze, afirmam 100% que tiveram sim uma melhora significativa, enquanto apenas um diz não ter tido e outro não soube dizer. Os alunos indígenas afirmam que (EI2) *“Sim sem monitoria”* e o estudante (EI13) *“Não sei dizer”*.

Já quanto as dificuldades, se os monitores conseguiram solucionar todas elas, os ajudando a ter um melhor planejamento, assimilação de conteúdo e ter notas melhores. Apenas nove afirmam que sim: (E6) *Acho que sim. Por que aprendi a fazer o que mais me dava problemas, gerando assim rendimento nas disciplinas*”; (E11) *“Sim, sempre que algum monitor não sabia me encaminhava para alguém que saberia responder meus questionamentos.*

Considero que as monitorias contribuíram para meu desempenho no curso”. Enquanto seis dos quinze, dizem que não tiveram todas as suas dúvidas solucionadas, o estudante (E7) diz que *“Não, nem todas, a falta de interesse de alguns monitores, ou por conta dos horários que não batiam”* e o (E15) *“Não todas, mas Boa parte sim.”*. Os estudantes indígenas disseram que (EI2) *“Eu estudo por minha conta sem monitoria e minhas notas estão sendo muito bom”* e o (EI13) *“Não sei dizer.”*

No último questionamento, quis saber a importância de receber a monitoria para o estudante, todos concordaram que foi muito bom e necessário ter essa ajuda disponível. Destaco aqui algumas respostas: (E7) *“Quando adentramos na faculdade, somos como crianças ao se deparar com o novo, nos sentimos perdidos e um pouco assustados. Fazer um curso superior não é como estar no ensino médio. Aí que entendemos a importância do auxílio de um monitor, que poderá mediar nossas dificuldades junto ao professor.”*; (E11) *“Considero importante, pois na maioria das vezes os professores sozinhos não conseguem estabelecer o conhecimento eficaz, e os monitores que já tem experiência com os enfrentamentos da academia, pode auxiliar aos calouros a não desistir do seu curso pelas dificuldades encontradas, e também aos veteranos que muitas vezes necessita de ajuda para a sua permanência na universidade.”*; (E12) *“É importante pois em muitos dos casos os alunos ficam perdidos com tantas informações da universidade, então de faz preciso que alguém nos ajude.”*. Já os alunos indígenas concluíram que (EI2) *“Vejo que é muito importante mais falta essas monitorias ficarem ativos.”* e o (EI13) *“Nos ajuda a trilhar o caminho melhor na vida acadêmica”*.

Foi possível avaliar que, a monitoria é uma atividade de suma importância para os discentes da UFT, do curso de Pedagogia. Pois ela proporciona uma melhora no quadro geral de dificuldades enfrentadas por esses estudantes. A realização de oficinas foi o que mais se destacou, entre aquilo que mais ajudou estes alunos. Porém, é no mínimo preocupante que a comunidade indígena, aqui representada por dois alunos, tenham mais dificuldades em receber estas monitorias. Verificou-se que, há uma insatisfação desses alunos com a monitoria, uma vez que os mesmos afirmam não a terem recebido. A UFT embora tenha se empenhado na melhor forma de incluir estes alunos na vida acadêmica, pelo menos neste quisto, ela ainda não conseguiu êxito. Assim, deve-se conversar e ouvir o que estes alunos têm a dizer, para saber qual a melhor forma de os ajudar e também descobrir o porquê de eles não estarem sendo atendidos por estes programas.

Agora que sabemos a opinião dos monitores e estudantes sobre os impactos da monitoria acadêmica em suas vidas. Relatarei a seguir, como foi a minha experiência pessoal como monitoria no PIP/CIPed 2021, do curso de Pedagogia, no campus da UFT/Miracema.

5 A MONITORIA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM RELATO DE EXPERIENCIA NO PIP/CIPED 2021

A monitoria, em todos os seus aspectos é uma excelente ferramenta de trabalho, principalmente no âmbito da Universidade. Sem dúvidas, é uma peça excelente para o curso de Pedagogia, que é voltado para a formação de professores. Na prática os alunos-monitores ensinam os alunos que procuram por ajuda na realização de alguma atividade ou no entendimento de algum conteúdo. Tornam-se intermediadores do conhecimento, entre o professor e aluno. Assim, participei da primeira edição do mais recente programa de monitoria da UFT, o chamado Programa de Inovação Pedagógica – PIP, que passo a relatar agora como foi a minha experiência como monitora neste programa.

Destaco que na minha compreensão, ensinar e aprender andam de mãos dadas, pois é perceptível que no diálogo com o outro, há uma melhora nas relações pessoais, o que possibilita um diálogo aberto, e através disso o monitor ensina ao mesmo tempo em que aprende. O que corrobora com a concepção de Vygotsky (1995) de que “essa troca se dá por um princípio dialético – aprende-se na interação com o outro”.

Nesse sentido, o trabalho de monitoria acadêmica que realizei aconteceu na UFT/campus de Miracema, unidade *Warã*, no município de Miracema do Tocantins, no ano letivo de 2021, durante os dois semestres daquele ano, 2021/1 e 2021/2. De forma 100% online, pois estávamos ainda inseridos no período pandêmico da Covid-19, e precisávamos manter o distanciamento social. Nosso projeto foi nomeado como Comunidade de Inovação Pedagógica – CIPed, e iniciou-se no mês de junho de 2021 e encerrou em dezembro de 2021. Relato agora a minha experiência neste programa.

Em junho, daquele ano, assinei o termo de compromisso, como monitora voluntária e enviei ao e-mail do programa. Depois comecei a participar das reuniões semanais com os demais monitores, coordenadores e tutora. As principais atividades realizadas foram: leitura do prefácio do livro “Metodologias Ativas para uma educação inovadora” de Lilian Bacich e José Moran; participação na Oficina “Metodologias Ativas” ofertada pela UFT com a professora Maria Luiza no Youtube, no canal da UFT; realização de atendimento a discente sobre horas complementares, como fazer-las e registrar-las na UFT; atendimento a discente sobre como usar e entrar no e-mail Institucional da UFT; atendimento a discente sobre como solicitar disciplina de outro período; participei da Oficina “*Google Classroom*”, ofertadas pela UFT através do nosso projeto CIPed. E com mais dois monitores, participei da elaboração da Oficina “Criando

e formatando Slides”. E também assinei e enviei um novo termo de compromisso, pois de voluntaria passei a ser monitora bolsista.

Em novembro, auxiliei os discentes nas seguintes atividades: (1) procurar o filme Luta por Justiça (2019); (2) escolher tema para projeto ambiental da disciplina Educação Ambiental; (3) como encontrar certificados no e-mail institucional pessoal, enviados da CIPed; (4) como realizar horas complementares e de extensão; (5) como escrever um projeto de pesquisa; (6) como construir um plano de aula com base nos códigos da BNCC; (7) Como realizar pedido de análise socioeconômica no sistema CUBO da UFT. E também fiz participação na Oficina “Introdução ao Word” da CIPed; participei da Live “Campanha de Avaliação da UFT, via meet; da Live “Estratégias de Estudo e Leituras acadêmicas”; participei do I Encontro do grupo de Pesquisa Formação de Professores da UFT, na Live Encontro entre grupos de pesquisa. Elaborei e apresentei a Oficina “Criando e formatando slides” junto com outros dois monitores e ajudei a criar conteúdo para a conta do Instagram da CIPed.

Em dezembro, realizei uma reprise da “Oficina Criando e Formatando Slides”, atendi três discentes tirando todas as suas dúvidas sobre o sistema CUBO da UFT; uma discente sobre como enviar atividades no sistema AVA da UFT; e elaborei junto a dois outros monitores a Oficina “Criando e formatando slides criativos 3.0”.

Com relação ao feedback dos alunos, nas monitorias tive comentários positivos, tais como: (1) *“Muito obrigada pela ajuda”*; (2) *“me ajudou muito”*, (3) *“que bom que temos vocês para nos ajudar”*. E sobre as Oficinas realizadas, tivemos esse feedback da última reprisada, com 18 respostas na aba de deixe sua crítica/sugestão/opinião: *“Agradecimentos por seus ensinamentos”*, *“Excelente evento”*, *“Foi excelente!”*, *“Apresentar TCC”*, *“Tudo muito maravilhoso e bem explicativo”*, *“Foi muito boa a oficina, programem mais outras!”*, *“ok”*, *“ótimo”*, *“Muito bom!”*, *“Muito bom”*, *“Parabéns pela oficina. Poderia ficar gravada porque as dúvidas maiores surgem na hora que está fazendo”*, *“.... Apenas um elogio. Os colegas estão indo muito bem nesses pequenos cursos. Estou aprendendo muito”*, *“Ótimas dicas para apresentação de slides acadêmicos”*, *“Somente parabéns”*, *“Gostei da oficina, foi bem explicado”*, *“sempre façam esses tipos de oficinas de ensinamentos pra facilitar aos estudantes”*, *“Não tenho sugestões, somente meus parabéns a equipe.”* No que se refere ao quantitativo de atendimentos, realizei aproximadamente doze atendimentos, num total de 10 discentes, sendo a busca por horas complementares, a mais procurada em meus atendimentos, no total de três procuras.

Portanto, avalio-me com um atendimento bem-sucedido, pois consegui sanar todas as dúvidas dos discentes. Obtive um ótimo feedback. E gostei de ministrar oficinas com temas

úteis a comunidade acadêmica do meu campus. Com uma reflexão mais profunda, esta experiência foi muito singular na minha formação de professora. Pude vivenciar na prática as dificuldades de um professor em realizar atividades com seus alunos, quando tive que me preocupar no conteúdo da oficina, no horário e a grande preocupação em não conseguir tirar uma simples dúvida ao final. Chegar no horário certo, e torcer para que alguém participe ativamente, são desafios que meus professores enfrentam todos os dias, dos quais pude vivenciar. Acredito que seja de fundamental importância a continuação deste projeto de inovação pedagógica, uma vez que pode abrir mais oportunidades de experiências a outros discentes, bem como ajudar de forma intermediária os mesmos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se, que é de fundamental importância que toda Universidade tenha um programa que ajude os estudantes nas atividades acadêmicas e com a UFT não seria diferente. Por isso, no início desta pesquisa destacamos como objeto de estudo a “monitoria acadêmica” mais especificamente para o curso de Pedagogia do campus de Miracema. Nosso objetivo geral foi tentar compreender historicamente as particularidades do papel de monitor no curso de formação de professores, o que foi possível através dos estudos dos editais de lançamentos dos programas de monitoria da instituição, e da pesquisa com monitores e discentes deste curso.

Especificamente, nossos objetivos foram quatro, primeiro foi o de distinguir as especificidades dos diferentes programas de monitoria do curso de Pedagogia (PIM, PIMI, PIIP) e descrever seus impactos para a formação de futuros professores. Embora tenha existido outros programas de monitoria na UFT, esses três são os que se destaca, o PIM foi o pioneiro na Universidade, criado em 2005, trazia muitas obrigações e atribuições aos monitores, tais como presença de 75% durante o semestre; aptidões na elaboração de atividades, carga horária de 12 horas semanais, entre outras coisas, que foram maximizadas no PIMI, segundo programa criado, voltado para os estudantes indígenas, que exigia carga horária de 20 horas semanais, além dos itens anteriores, e por fim, o PIP, que está em vigor atualmente, criado em 2021, como resultado dos impactos gerados pelos programas anteriores, trazendo como premissa maior a inovação pedagógica, como resposta aos desafios enfrentados anteriormente.

Segundo foi caracterizar o papel do monitor do campus de Miracema e relacionar com a importância do curso de pedagogia, aqui notamos que o aluno-monitor realizava a monitoria geralmente de forma individual, já que a procura era pequena por parte dos alunos. Em especial, apareciam os alunos ingressantes, matriculados/as do 1º Período ao 3º Período dos cursos e dessa forma esta experiência, foi rica para a sua formação acadêmica uma que vez que poderiam vivenciar o processo de ensino-aprendizagem, ao ensinar e aprender ao mesmo tempo com os colegas monitorados e junto com isso compreender historicamente o movimento de luta dos estudantes da educação, ao longo desses 80 anos do curso de pedagogia.

Terceiro, buscamos refletir a respeito da importância da experiência de monitoria para a formação dos futuros professores, através de uma pesquisa de campo feita com os monitores e discentes. Concluímos em suas falas, a importância de viver esta experiência de ensino e de receber ajuda no início da vida acadêmica, onde acontece uma transição da vida escolar para a vida acadêmica, como dois modos de vidas distintos, sendo a Universidade um desafio maior que por muitas vezes ocasiona a evasão dos alunos por motivos de insegurança quanto se vão

ou não conseguir permanecer no curso e dedicar várias horas de estudos para os conteúdos das disciplinas.

No quarto e último objetivo, relatamos um caso de experiência de monitoria no PIP/CIPed 2021, para enriquecer esta pesquisa, nada melhor do que mostra como foi na prática ser um monitor no campus de Miracema. Assim, pude vivenciar de maneira concreta as dificuldades dos meus professores em realizar atividades para a minha turma, por exemplo.

Ao mesmo tempo, o problema que questionamos foi em que consiste o papel do monitor no apoio à aprendizagem de acadêmicos do Ensino Superior no curso de Pedagogia? A resposta veio, através de uma pesquisa qualitativa exploratória, com o estudo dos editais dos programas e leituras complementares, aplicou-se o questionário com perguntas instigantes afim de explorar a opinião dos monitores, sobre suas experiências a monitoria e a opinião dos discentes monitorados por eles.

No final, foi alcançado todos os objetivos almejados por mim e como resultado pode confirmar tudo o que estudei e entender a importância de ter alguma maneira de exercer alguma atividade de ensino durante a minha graduação. Neste curso de formação para professores, há o estágio como atividade de ensino obrigatória para as práticas pedagógicas. Assim, a monitoria se torna mais um complemento, junto a este e outros programas de regência, como uma das melhores maneiras de enriquecer o currículo acadêmico e se preparar melhor para o mercado de trabalho.

Isto como monitora, como discente que já recebeu ajuda de monitoria, é de grande valor que se tenha este tipo de ajuda disponível. No início, senti dificuldades com as explicações dos professores e receio de expor dúvidas que me pareciam bobas, ao comunicar me com um monitor, a conversa foi agradável e de mesmo nível aos meus olhos, logo me senti mais a vontade. E foi dessa forma, que os discentes avaliaram os atendimentos no questionário. É lamentável, no entanto, que os discentes indígenas se sintam negligenciados pelos monitores, pois o programa os inclui em seus objetivos. Portanto, deve-se encontrar uma maneira de resolver isto, ouvindo os e analisando suas respostas e encontrar alguma saída que viabilize a permanência deles na UFT, de maneira igualitária com os demais estudantes do curso.

No entanto, ressalta-se a divergência de respostas quanto ao atendimento da monitoria em relação ao aluno indígena (E13). Pois na questão “que refere a importância de ter recebido o auxílio de um dos monitores dos três programas” Responde: (E13) “Não recebi auxílio nenhum”. Já na questão “Sobre aprender novos conhecimentos e adquirir novas aprendizagens” – Responde: (E13) “Sim, na oficina de cubo, me ajudou a organizar os documentos”.

Como limitação, menciono apenas a falta de colaboração dos estudantes, pois embora tenha divulgado o questionário por vários dias, em grupos virtuais, um deles com 247 pessoas, por exemplo, pouquíssimos se importaram em responder para ajudar e contribuir. Da mesma forma, foi com os alunos que já foram monitores, poucos responderam e a maioria foi através de grande insistência de minha parte. Percebo que isso ocorre no geral, neste campus a comunidade acadêmica é pouco participativa e muito individualista. Por isso, se houvesse maior participação deles, esta pesquisa seria mais rica e estaria muito mais perto da realidade deste campus.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** – Porto Alegre: Penso Editora, 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 06 abr. 1939. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1190.htm . Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 64.086, de 11 de fevereiro de 1969. Dispões sobre o regime de trabalho e retribuição do magistério superior federal, aprova programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva e outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 12 fev. 1969. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64086-11-fevereiro-1969-405264-norma-pe.html>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970. Dispões sobre programa de participação de estudantes em trabalhos de magistérios e em outras atividades dos estabelecimentos de ensino superior federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 16 de mar. 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1970/d66315.html. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 68.771, de 17 de junho de 1971. Altera o Decreto nº 66.315 de 13 de março de 1970. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 18 jun. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1971/D68771.html. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 85.862, de 31 de março de 1981. Atribui competência às instituições de ensino superior para fixar as condições de ensino superior para fixar as condições necessárias ao exercício das funções de monitoria e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 02 abr. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1981/D85862.html. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Dispões sobre fixa norma de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 03 dez. 1968. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 23 dez. 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20

de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 17 fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

DANTAS, Otilia Maria. Monitoria: fonte de saberes à docência superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, p. 567-589, 2014.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-posições**, v. 27, p. 133-153, 2016.

GAMA, Carolina Nozella; MELO, Kátia Maria Silva de. **Oitenta anos do curso de pedagogia no Brasil (1939-2019):** dos retrocessos em curso e da resistência necessária. Maceió: UFAL, 2020.

MATOSO, L. M. L. A importância da monitoria na Formação acadêmica do monitor: Um relato de experiência. **Revista Científica da Escola de Saúde: Ano 3, nº 2, abr./set. 2013**.

SILVA, Carmen Silva Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade**. 2ª ed. rev. e atual. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

NUNES, João Batista Carvalho. Monitoria acadêmica: espaço de formação. **A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidades e trajetórias**. Natal: EDUFRN, p. 45-58, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Resolução PROGRAD Nº 01/2005, s/d**. Estabelece normas para o Programa Institucional de Monitoria e dá outras providências. Palmas: UFT, 2005. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=208&id=eb9c9444-b695-47f4-9439-2e26392899ae&folder_name=Legisla%C3%A7%C3%A3o. Acesso: 3 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Resolução CONSEPE Nº 09/2005, de 16 dezembro de 2005.** Dispõe sobre alterações na Resolução nº 04/2005 deste Conselho, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Palmas: UFT, 2005. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/hEtGD85IQ0CSsuEz-3oj-A>. Acesso em: 3 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Resolução CONSEPE Nº 20/2007, de 07 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre as normas para o Programa de Monitoria Indígena (PIMI) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas: UFT, 2007. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/XPs1OXTnRf-aW6HEcbfwRQ/content/Resoluçã%20Consepe%20nº%2020.2007.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Resolução CONSUNI/UFT nº 38, de 23 de abril de 2021.** Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021-2025. Palmas: UFT, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/16G29vJbQ1ikIp_eqtOvgw . Acesso em: 28 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Resolução CONSEPE Nº 25/2021, de 11 de agosto de 2021.** Dispõe sobre a criação e regulamentação do Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas: UFT, 2021. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/Lc8QuJVzS9K20GUO1Ufh8w>. Acesso: 3 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). Núcleo de Inovação Pedagógica (NIP). **Projeto detalhado do Programa Institucional de Inovação Pedagógica.** Palmas: UFT, 2021. Disponível em <<https://docs.uft.edu.br/share/s/tdQDIDL0RnKIJuSza1MKXQ>>. Acesso em: 28 out. 2022.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

**APÊNDICE A – PERGUNTAS DOS QUESTIONÁRIOS AOS MONITORES E
DISCENTES**

APÊNDICE A – PERGUNTAS DOS QUESTIONÁRIOS AOS MONITORES E DISCENTES

Monitores:

1. Qual é seu gênero?
2. Quais dos seguintes Programas de Monitoria acadêmica da UFT, você foi monitor?
3. Você costuma ter um horário para estudar?
4. Você ajudou a planejar alguma aula com o professor orientador?
5. Você participou das aulas, com a presença do professor orientador?
6. Durante a sua monitoria, você definiu metas ou estabeleceu objetivos, para os alunos monitorados?
7. Qual ou quais estratégias você usou para ensinar os alunos monitorados? Explique.
8. Qual a importância do Programa de Monitoria para você? Explique
9. De que forma o Programa de Monitoria que você participou contribuiu para a sua formação acadêmica? Explique.
10. Com o exercício da monitoria você se sentiu mais preparado (a) para o mercado de trabalho? Explique.
11. Você acha que o Programa de Monitoria que você participou foi capaz de proporcionar inclusão acadêmica e a permanência dos alunos ingressantes no curso de Pedagogia?

Discentes:

1. Qual é seu gênero?
2. Qual é sua etnia?
3. Você costuma ter um horário para estudar?
4. Quais dos seguintes programas de Monitoria acadêmica da UFT, você já procurou os monitores para atendimento?
5. Na sua opinião, estes três Programas de Monitoria foram capazes de proporcionar inclusão acadêmica e a permanência dos alunos ingressantes no curso de Pedagogia?
6. Você poderia dizer o quão importante foi receber o auxílio de um monitor desses Programas de Monitoria da UFT? (PIM, PIMI e PIP)
7. Você sentiu mais dificuldade nas disciplinas ou atividades acadêmicas que não tinham monitoria? Explique.
8. Você considera que desenvolveu novos conhecimentos e aprendizagens ao ter o apoio de um monitor? Explique.

9. Você considera que conseguiu melhorar o seu progresso nos estudos acadêmicos depois das monitorias? Explique.
10. Quanto as dificuldades, foram todas atendidas na monitoria? Isso foi capaz de lhe proporcionar melhor planejamento, assimilação de conteúdo e ter notas melhores? Explique.
11. Qual a importância de receber Monitoria para você? Explique.